

# A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

ANNO VI

Rio de Janeiro, 10 de Novembro de 1918

Nº 62

Grupo mantenedor: B. Klinger, Pompeu Cavalcanti, Pantaleão Pessôa, (redactores); Souza Reis, Maciel da Costa, Lima e Silva, Parga Rodrigues, Leitão de Carvalho, Euclides Figueiredo, J. Franco Ferreira, Newton Cavalcanti, J. Ramalho.

□ □ □

## SUMMARIO

### PARTE EDITORIAL

A influencia benefica dos factos consumados. A desharmonia dos poderes constituidos. Tenhamos fé... — O espirito militar.

### PARTE JORNALISTICA

Causas de victoria e derrota.....	General Julien
Projecto de lei de quadros e promoções .....	Klinger e Leitão de Carvalho
A doutrina de guerra e o Estado Maior.....	1º Tte Sylvio Schleider
O jogo da guerra.....	1º Tte Daltro Filho
Projecto de manobras .....	General Julien
Coisas da tropa .....	1º Tte Correia Lima
Economias .....	1º Tte Daltro Filho
O Serviço de Signaleiros.....	1º Tte J. Furtado Sobrinho
Questões miudas de tiro.....	1º Tte Maciel da Costa
Instrucção de combate .....	Capitão Souza Reis.
O assalto da 1ª linha .....	1º Tte Newton Cavalcanti
Exercícios á noite .....	Cap. A. A. Villanova

### NOTICIARIO

Para quem apellar? — Publicações recebidas. — Expediente. — Dois annuncios (na capa).

# PUBLICAÇÕES DO CURSO DE APERFEIÇOAMENTO

## À venda na Papelaria Macedo

Rua da Quitanda 74

Rio de Janeiro

Instrução de Combate do Atirador, da fila  
e da esquadra:

1º fasciculo (2ª edição).....	1\$000
2º fasciculo (tiros de combate).....	1\$500
Serviço em Campanha (Vanguarda, postos avançados, serviço á noite) um vol.	1\$500
Themas táticos de companhia, trad. do 1º Tenente Alcoforado, um volume.	2\$500
Guia para a instrução do batalhão de infantaria, trad. do 1º Tenente Alco- forado, um volume .....	2\$500
Licções de História Militar, pelo 1º Te- nente José Joaquim de Andrade, um volume (com direito aos croquis)	4\$000
I. O Commandante da esquadra no combate. II. Marchas, um volume	2\$000

«A Defesa Nacional» aceita encomendas,  
de pagamento adeantado Não esquecer o porte.

DEPÓSITO DE PAGAMENTO

1 — Não esquecer de **pagar adiantado** o  
semestre da assignatura. Considera-se como  
adiantado o pagamento feito o mais tardar até  
ao segundo mez.

2 — Sempre que mudar a côr da capa da revista  
perguntar a si mesmo:

Já paguei o novo semestre ?

3 — Não fazer encomenda de publicações si-  
não com o pagamento e quantitativo para porte  
e registro. Não ter pena de orçar para mais

essa despesa, pois o excedente será credi-  
tado.

4 — As assignaturas pôdem começar a qualquer  
tempo mas hão de terminar com um numero mul-  
tiplo de seis, isto é, em Março ou Setembro.  
Calcular o custo dos numeros de semestre *que-  
brado* proporcionalmente ao do semestre com-  
pleto.

5 — Communicar sem demora qualquer altera-  
ção de endereço (principalmente os represen-  
tantes!). Não adiar qualquer reclamação !

## MEMORANDUM

# A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

Redactores: BERTHOLDO KLINGER, POMPEU CAVALCANTI e PANTALEÃO PESSOA

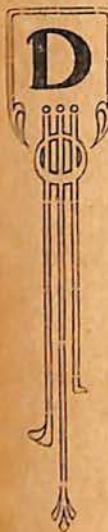
N.º 62

Rio de Janeiro, 10 de Novembro de 1918

Anno VI

## PARTE EDITORIAL

A influencia benefica dos factos consumados. A desharmonia dos poderes constituidos. Tenhamos fé...



EFESA economica e financeira, defesa militar e defesa sanitaria, fizeram praça nos debates do Congresso, nas discussões da imprensa e nas cogitações do governo.

A insolvencia, a guerra e a peste se nos apresentaram com todas as gentilezas protocolares, demonstrando que tambem devemos pensar nesses males e que podemos fazel-o sem offendere a Deus e sem dissipar as illusões que enriquecem o nosso espirito.

Na constatação dessas desgraças se vae sentindo que a *previsão*, desnudando friamente a verdade, quebrando encantos e mantendo o espirito em contacto com a realidade, é a qualidade que, convenientemente exercitada, dá maior destaque á intelligencia do homem.

E dizemos que *se vae sentindo*, porque até agora persistimos em dar á *previsão* caracteristicos que a envolvem no sentido de mau prenuncio, agouro, idéa macabra, e nos exorcismamos com o esquecimento proposital e dogmatico desses males que o homem, ás vezes, pretende ter afastado da humanidade.

A nossa bôa sorte, para nos acordar desse lethargico sonno, força-nos á contemplação do impressionante quadro dos factos consumados, desenhando-o com os mais delicados traços e as mais leves sombras.

A insolvencia quasi se reduz a uma syncope consequente ao remorso dos delapidadores da nossa riqueza; manter-se-á enquanto os interessados dominarem impedindo a tributação da renda, especialmente dos ausentes, dos que ganham muito, ganham sem esforço, ganham com o sacrificio da communhão e gozam, ostentam e

tripudiam sobre desgraças nacionaes ou pessôas.

A guerra se vae realisando quasi no dominio theorico; é pouco mais do que uma formula a discutir, um assumpto exposto á reflexão; não nos pesa siquer a sua preparação defensiva e constitucional; é uma simples cartada onde só se pôde comprometter parte do nosso futuro economico e dividir com os bons amigos de accão uma parte da nossa independencia.

A peste é benigna; *tão benigna* que seria mal-dade nossa negar-lhe campo para a sua inocente incubação e perder a oportunidade para experimentar a efficiencia da nossa defesa sanitaria.

Saberemos tirar proveito desse aviso e dessa experientia?

Essas lições orientarão convenientemente os nossos homens de governo?

\* \* \*

Diversos estados, especialmente os do Rio Grande do Sul e São Paulo, iniciaram com felicidade o seu desenvolvimento agricola e trabalham com intelligencia para conservar as vantagens naturaes da sua industria pastoril.

Os problemas do ferro e do carvão são tratados com tal insistencia que parece haver nas camadas dominantes quem pretenda se immortalizar por uma luta decisiva contra interesses estrangeiros que porfiam em conservar um optimo mercado.

Algumas industrias fabris e manufactureiras progridem consideravelmente e, si forem encaimhadas e auxiliadas pelo governo na concurrence com productos similares que só se avançajam pelo aspecto exterior, firmar-se-ão no commercio nacional e talvez amanhã passem vantajosamente as nossas fronteiras.

Os transportes terrestres e maritimos si pouco progridem no momento em vista de causas conhecidas, firmam a sua importancia, definem as linhas geraes que devem orientar os seus serviços, impacientam os productores e preocupam os governos.

Desaparece a superioridade dogmatica das administrações estrangeiras, para se estabelecer a vantagem da completa nacionalização das nossas estradas de ferro. Alegra-nos a perspectiva de uma fiscalisação séria nas estradas arrendadas, porque o governo encontrará em todas elles os motivos mais que suficientes para rescindir contratos e administrar-as mais em acordo com as suas necessidades e com os interesses do povo. Nada justifica a tolerancia com essas empresas que drenam a nossa riqueza sem a menor preocupação de servir ao nosso desenvolvimento económico.

Está em curso a primeira emissão lastreada e nos sorri a esperança de que ella seja a precursora da formação de um fundo metallico que nos abrigue das fluctuações do cambio.

A moralização do ensino secundario, a realização do profissional, a severa fiscalização do superior, são processos seguros para acelerar o nosso progresso, disseminando o incomparável auxilio da competencia para substituir os ensaios feitos com os sacrificios da vida, das propriedades e dos capitais. A escola já vai conquistando o seu lugar e será conveniente que não falte estímulo onde ella surgir com seriedade.

E' preciso que não se deixem vazios os laboratórios, escuras as aulas, atraçadas as lições, desorientados os estudantes e não se lhes roube o justo gozo de usar conscientemente uma beca e um anel.

A marinha de guerra, como a mercante, apresenta-se estimulada e vai produzindo os profissionais necessários a todos os seus múltiplos serviços. Tivemos submarinos e elles foram bem commandados; tivemos hydroaviões e elles foram bem pilotados; tivemos couraçados modernos e elles estão formando commandantes modernos; tivemos destroyers e elles singram o Atlântico em serviços de guerra. E' o resurgimento profissional que se accentua pedindo articulação de esforços e material para produzir o que admiramos nos outros.

O exercito também inaugura as transformações decorrentes de uma organização mais racional e do sorteio; não ha quem ignore que elle sonha, deseja e implora **material, ensino, quartéis, efectivos e responsabilidade**.

Uns dizem de um modo e outros de maneira diversa manifestam, mas todos sentem necessário e desejam o domínio de leis adequadas e harmonicas, progressivamente aplicadas para realizar o exercito escola normal do patriotismo—casa onde todo o cidadão deve rematar os seus hábitos de disciplina e trabalho—laboratório de músculos fortes, desprendimento e amor á patria.

Tudo isso está esboçado e fartamente discutido; as boas idéas pullulam, os homens surgem na sua defesa e não raro desaparecem na sua execução; as promessas se multiplicam e... todos sentem que perdemos tempo, que empregamos mal os dinheiros públicos, que vivemos humilhados pela incompetência dos governantes em quasi todos os assumptos e precisamos trabalhar muito e muito fazer ainda, para atingir a um progresso correspondente aos nossos quatro séculos de existência.

E' singular que cercados por uma natureza sem par, servidos por uma intelligencia vivaz, excitados pelas variadas manifestações de um século avido de progresso e iniciados em quasi todos os ramos da actividade, como referimos sumariamente, chegassemos a esta situação de descrença e desconfiança onde os homens de governo nenhuma fé merecem e os seus melhores actos, quando não exprimem concessões interessais e exhibições de autoridade fatua, são postos de lado para serem julgados após sua execução.

E' que falta a concatenação de todos esses esforços e serviços, falta uma legislação sabia, previdente e oportunamente, falta um governo que evite a dispersão improductiva, e oriente, e desenvolva, com firmeza e decisão, tudo o que a iniciativa particular e o trabalho dos elementos superiores conseguiu produzir.

A parte consciente do povo já está saturada pela desordem administrativa, pela falta de execução no cumprimento das leis, pelo desprezo com que são encarados os interesses nacionais e pelo desmedido egoísmo dos governantes que nada conseguem antepôr aos appetites da sua camarilha.

E nada conseguem porque pouco governam. Em vez de se isolarem nos seus gabinetes, estudarem e meditarem sobre a resolução de problemas que envolvem o futuro de uma nacionalidade e por isso mesmo pairam acima de desejos e cogitações partidárias, em vez de cederem ao imperio da lei e se compenetrem dos seus postos norteando-se pelas suas convicções e pelo seu carácter, preferem os nossos homens de governo o culto da indecisão e tibieza, a política sem leis onde imperam os conciliabulos, as compensações e os acordos, de onde sahem diminuídos, desmoralizados, vilipendiados depois de terem comprometido a justiça e a dignidade dos seus cargos.

E assim temos cultivado a indifferença pelas leis e o seu desprezo, temos diminuído todos os cargos e funções, temos falseado inteiramente o regimen, seja pelo desrespeito com que um poder analysa ou cumpre os actos de outro, seja por uma ridicula concurrence entre esses

mesmos poderes, seja pela invasão de atribuições com que vulgarmente se penetram, ferindo a harmonia e independencia constitucionais, esquecendo a solidariedade moral que devia existir entre elles.

Esta desharmonia que existe manifesta ou latente entre os tres poderes que se deviam completar para o acerto do governo e felicidade da patria, é sem duvida uma das principaes causas da ação titubeante, timida, tardia e sempre incompleta com que dirigimos os serviços publicos.

\* \* \*

Parece-nos que a collaboração do legislativo no governo ou deve ser formulando inteiramente as leis e regulamentos tendentes a disseminar novas idéas e principios, novos processos debatidos e estudados na calma collaboração de todas as intelligencias que se reunem em assembléa — usando da *independencia* que lhe dá a constituição — ou deve ser visando a *harmonia* constitucional com o executivo e, por consequencia, solidario com o seu espirito, com as idéas que elle defende e executa.

O que não deve persistir é o sistema de autorizar o legislativo ao executivo a fazer reformas e remodelações que por sua natureza encerram o que ha de principal na materia, para depois negar-lhes a sancção correlativa, atravez de leis pessoais, de modificações orçamentarias de insignificante apparencia mas que transformam as intenções do executivo e da falta de recursos para realização do que foi autorizado.

E' interessante essa legislação que abandona, ás vezes justificadamente, o estudo completo dos problemas, delega poderes descretionarios e depois desce a se envolver em detalhes de importancia discutivel, mas que enfraquecem a ação executivo.

E' lamentavel que o legislativo esqueça a harmonia e a solidariedade moral com que devia collaborar quando delega funções suas ao executivo, para trabalhar em leis que não consultam os interesses da nação e que contrariam principios legal e justamente instituidos.

E' neste jogo pouco elevado que se fixam e se dissolvem as responsabilidades.

O executivo descarrega o zelo que não sente em mensagens elegantes, tão sinceras como as já decahidas plataformas dè governo onde a sciençia está em dizer ao mesmo tempo muito e nada. A synthese ahi corresponde admiravelmente á elasticidade que se deseja dar ao pensamento.

O legislativo discursa, doutrina, devaneia, discute e, por injuncções politicas resolve pedir com a mèsma sinceridade, uma interpretação

mais precisa provocando os leaders a declarar que o governo disse muitas cousas, mas que não pensou em pedir os recursos ou as leis indispensaveis para executal-as.

E assim nos perdemos em cogitações infrutiferas e cahimos na legislação das vitaliciedades e outros privilegios incompatíveis com o regimen, nas equiparações de vencimentos, nos aumentos de empregos, nas leis eleitoraes astuciosamente forgicadas, no protecccionismo incoherente e nas medidas completivas dos interesses da advocacia administrativa, ao mesmo tempo que cortamos as verbas para material de toda especie e tornamos imprestaveis todos os serviços e industrias federaes.

Si é assim que deve ser entendido e praticado o nosso regimen constitucional, si é com esses costumes que pretendemos formular uma politica — filha da moral e da razão — si é assim que pensamos realizar o nosso lema de *ordem e progresso*, podemos perder a esperança nessa republica e é bom que o povo vá pensando em outra menos theorica, mais sincera e util.

Si não é possivel comprehendêr sob outra forma pratica a harmonia e independencia dos tres poderes que nos governam, apellemos para a constituição de 14 de Julho, instituida para o estado do Rio Grande do Sul, onde o executivo não tem peias e tem responsabilidades, e onde os outros poderes são reduzidos a moldes mais modestos e mais compatíveis com a verdade e com o progresso.

Seria para desejar que houvesse uma collaboração continua e prompta dos tres poderes em todas as questões de maior monta. E' provavel que assim se conseguisse qualquer causa durável e se evitasse a sobrecarga de indemnizações com que o judiciario castiga o executivo, si bem que até hoje não houvesse destacado um só responsável.

Será esta tambem uma falta do regimen?

Porque não indagar nessas questões que absorvem milhares de contos e ás vezes asphyxiavam serviços importantes, prendendo-os á incompetencia dos privilegiados pela irresponsabilidade, quaes são os culpados? Porque não dividir por estes a responsabilidade dos seus caprichos e erros?

Terá o erario publico o dever de subsidiar a experiençia e a incompetencia dos detentores do poder? Governar um povo será acompanhar os acontecimentos ostentando regalias e distribuindo panaceias improdutentes sem outra responsabilidade que não seja o clamor publico e as criticas da imprensa?

Tenhamos esperanças.

A resignação é um dos caracteristicos deste povo que tão pouco conhece o seu regimen de

governo e se contenta facilmente com discursos, promessas e providencias desencontradas ou aparentes.

Tenhamos fé que de todas essas desgraças materiaes e moraes que nos enervam e infelicitam, surja a reflexão dos homens de governo e que dessa resulte a deliberação de governar tendo como directriz as leis adequadas, sensatas e progressistas, reconhecendo que neste paiz ha uma communhão de individuos, riquezas e tradições cujos interesses superam os dos cavadores isolados.

Tenhamos fé que essa mesma desgraça nos tire dessa frouxidão modorrenta e nos dê homens de energia, competencia e patriotismo, capazes para nos governar com uma intelligent visão dos acontecimentos, capazes de nos educar para que amanhã estejamos na altura dos nossos destinos.

Tenhamos fé que da insolvencia surja a riqueza, da guerra theorica venha a paz prática, forte e definida pelo musculo e a capacidade do nosso povo e da peste venham os cuidados com o nosso physico desde a puericultura até as mais adiantadas applicações da hygiene publica e privada.

Tenhamos fé que dessas desgraças venha o desejo de aplicar o nosso regimen constitucional na sua letra e no seu espirito ou surja a coragem para realizar uma reforma compativel com o tempo e o meio em que vivemos, abandonando de vez esse fetiche que já vae perdendo o seu prestigio porque ninguém o cultua sinceramente.

Tenhamos fé na geração que surge, mais bem orientada e educada, e todos nós que não partilhamos dos processos e dos ideaes que ainda bruxoleam, não lhes faltemos na critica dos homens e das misérias desta época; sejamos inexoráveis na descrição desse quadro que deve ser o contraste do futuro e não esqueçamos detalhes da historia desta debacle moral que também é a historia dos nossos sofrimentos.

## O Espírito Militar

*A maneira judicosa e excepcionalmente justa com que o talentoso Sr. A. Chateaubriand commentou palavras do conspicio presidente da Liga da Defesa Nacional, Dr. Pedro Lessa, leva-nos a transcrever o artigo abaixo do Correio da Manhã de 21 de Outubro de 1918.*

*Fazemol-o convencidos de que confortamos assim aos nossos camaradas que não se deixam dominar pela significação que a moda ou a sabença destrutiva, pretende imprimir a certas palavras ou instituições.*

Ao dirigir-se aos atiradores da Academia de Commercio, numa rapida allocução, o juiz Pedro Lessa accentuou que o nosso primeiro problema, o problema fundamental da actualidade brasileira não é o da sua defesa sanitaria, não

é o da instrução popular, mas o da defesa militar. A' primeira vista pôde-se affigurar essa phrase uma tirada para sacudir o verde entusiasmo dos jovens atiradores, e destinada antes a lhes estimular o zelo e o ardor profissional do que visando enunciar um postulado político e científico. Mas quando se considera que o sr. Pedro Lessa é juiz e philosopho, se é naturalmente levado a procurar a philosophia das suas sentenças...

Naquelle dia o juiz falou como se fosse um Ministro da Guerra, um chefe de estado-maior, um *leader* de partido militar — seria irreverente adeantar: um jovem turco? — enxergando no tabuleiro dos nossos problemas, como o de mais immediata solução, o da defesa armada. Fosse apenas juiz, e talvez estivesse elle, do outro lado da agua, a combater intransigente essa preponderância do aperfeiçoamento do apparelho militar, como a linha tronco da organisação nacional, sob varios outros aspectos, tambem vitaes, de nossa existencia social e política. No juiz, porém, ha o sociologo, banhado dos effluvios do espectaculo quotidiano do universo. E graças a isto pôde elle bem comprehendêr que Cicero e, mais tarde, o direito classico, não teriam sido possíveis, sem a espada de Cesar, dos Scipiões, que tornou possivel o advento no mundo das elites romanas, destruindo Carthago, barbara, sem gosto literario, sem philosophia, com a religião elementar e grosseira dos povos inferiores que a construiram.

Um dos ensinamentos da nossa sociologia é a inaptidão que até ha poucos annos revelamos para a vida militar. O Brasil nunca teve espirito militar nem sentimento bellico. Toda a historia nacional é uma pagina viva da nossa incapacidade para coordenar a accão politica e a preparação militar. A guerra do Paraguai era uma fatalidade. Poderia ser presentida, na atmosphera carregada de electricidade, que dia a dia se tornava mais fulgurante no Rio da Prata. Enquanto ella caia sobre nós, como um raio, que nenhuma energia humana encontraria o segredo de desviar, o Brasil instruia os exercitos do ditador paraguayo e dava-lhes armamento!

Na revolução pernambucana de 1817, os patriotas da jornada libertadora são inexcedíveis no inicio e no desenlace da crise. Arremetem com um impeto de bravura antiga. Deixam-se matar depois, no cadafalso, com um sangue-frio pathetico e um espirito de sacrificio emocionante. To dos elles ficam heroes definitivos. Na hora, porém, do assalto legalista, deixam-se vencer, com uma incapacidade militar quasi virgem nos anames da sciencia da guerra, pelas tropas bissonhas despachadas a toda pressa da Bahia pelo conde dos Arcos.

O brasileiro não é uma raça militar á falta tão sómente de exercicio das faculdades heroicas, que existem latentes em todos os povos, e a ausencia de uma politica militar compativel com a posição que lhe deve caber no continente se torna cada vez mais um perigo para a affirmação da sua personalidade, num mundo onde a liberdade é o premio da força, posto em concurso nas guerras. Para falar com uma expressão cara á Inglaterra depois de 1914 pôde dizer-se que as nossas elites nunca nos habituaram a pensar e a agir militarmente. O poeta Antonio Nobre tem no Sô uns versos em que elle diz, que de ser poeta «antes fosse pr'a soldado, antes fosse pr'o Bra-

sil». Soldado ou exilio nesta costa d'Africa eram aqui como em Portugal as ultimas coisas que poderiam acontecer a um mortal. Fazendo do exercito uma profissão mercenaria, graças ao processo anti-patriotico do voluntariado, em que as classes militares deixam de ser o nucleo desse corpo que é a nação armada, para se tornarem uma especie de casta, a um espectador sagaz não poderá escapar a evidencia de que a falta de interesse nacional pelos problemas da nossa defesa nasce da circunstancia de não termos interessado directa e intimamente o paiz na organização do seu mecanismo bellico. O exercito foi sempre um apparelho á parte, que a nação, refractaria á educação militar, nunca assimilou como o instrumento efficaz da sua preservação, no jogo das correntes impetuosas, que modelam a politica internacional. Nos bocejos da nossa modorra pacifista, elle era uma excrescencia, que não conseguira aclimatar-se no ambiente tropical. A sua força só era experimentada quando patriotas se lembravam de lhe reclamar o concurso poderoso, afim de resolver entre os clubs partidarios qual o cordão que deveria ficar na ponta. Graças, felizmente, á diffusão das linhas de tiro e ao regimen do sorteio, como ao proprio esforço individual de varias intelligencias de elite do exercito, entre este e a nação será possivel encontrar-se agora factores de approximação e de solidariedade que de certo nos irão forçar a tomar o caminho aberto aos nossos passos, para a affirmação da hegemonia brasileira no continente sul-americano. A relativa facilidade com que têm sido mobilisados quasi todos os cidadãos sorteados para o serviço militar revela uma modificação sensivel nas tendencias do temperamento nacional. A vida nos quartéis não se lhes affigura mais aquelle estagio deprimente, que difficultava, com obstaculos ás vezes invençiveis, o preenchimento dos quadros do Exercito. O alvoroco com que em toda a parte se organisam as linhas de tiro vae tornando possivel a coordenação de esforços entre a população civil e as autoridades militares prepostas á educação técnica e profissional desta, para o manejo das armas.

Eu não sei de outro espirito que possa ennobrecer e vigorar, assim infinitamente o sentimento patriotico do que o espirito militar. Perguntas a quantos se remordem do melancolico destino do Brasil actual, quaes os seus defeitos fundamentaes, e todos dirão: a ausencia de disciplina, de ordem; a preocupação excessiva do interesse individual sobre o collectivo; a indolencia, a timidez, que nos tolhem para as iniciativas energicas e promissoras.

O espirito militar é o dissolvente admiravel de todos esses factores da decrepitude e da decadencia. E' o espirito do patriotismo vigilante, da abnegação da coragem, do altruismo e do desinteresse. Quando nos accusamos de ser uma raça desfibrada, sentimental, passiva, incapaz de reagir contra a petulancia dos governantes maiores e a relaxação moral do dever, mal comprehendemos que os traços de debilidade e da fraqueza do espirito civico decorrem da incapacidade collectiva para pensar militarmente. Onde o espirito militar é mais profundo e mais intenso, o espirito civico é mais apurado e refinado. A Alemanha pôde ser uma vasta companhia, sargeanteada pelo caporalismo dos Moltkes, dos Bernhardis e dos Ludendorffs. Mas é impossivel escapar á convicção de que nenhum outro povo na Europa,

graças em grande parte á educação militar, ao culto pelas qualidades guerreiras, que o tornaram sobrio, laborioso e obediente, possuia indices tão elevados de civilisação: baixos co-efficientes de criminalidade, nem sombra de pauperismo, uma alta moralidade social, justiça impeccavel, embora, nas relações internacionaes, como entidade collectiva, nem sempre applicasse o estado aquella alta moralidade. Aliás, as nações têm invariavelmente uma dupla personalidade. Todas exigem a moralidade, a justiça para si, mas em face dos vizinhos são de uma ausencia de escrupulos, de senso moral espantosa. Os povos são moraes ou amoraes, humanos ou aggressivos, conforme tratam consigo ou com terceiros. A lei internacional nunca foi a lei moral. Um estado virtuoso, dominado de escrupulos, crente na justiça eterna de Deus, sem aptidões aggressivas e batalhadoras, está perpetrando o seu suicidio, e irá desapparecer. Porque ninguem o tratará assim. Como defensor do estado posso matar, e sou um heroe; como defensor da minha vida, mato, mas sou um assassino. No estado nacional impera a lei. No estado universal é a força. Para viver neste ultimo, cumpre educar as virtudes heroicas, que são o apanagio da força e a sua grandeza mesma.

As delícias de Capua enlanguescem, esgotam e acabam gerando uma lethargia e uma somnolência morbidas. A longa paz é propicia a esse estado. A enorme tregua dada á guerra, como a convicção que se apoderou dos romanos de que nada lhes poderia perturbar a paz, induziu-os ao epicurismo, adormeceu-os, enervando-os com os filtros do prazer e da sensualidade, até incapacitar os para resistir ás vagas dos barbaros. Antes de Agosto de 1914, sobre a Inglaterra ia caindo uma morna sombra crepuscular. A acumulação intensa da riqueza e a segurança de que a defendia uma frota omnipotente mergulhavam a patria britannica naquillo que Lloyd George, ao enxergar a aurora do novo patriotismo nascido com a guerra, chamou a grande «onda de luxuria e de indolencia». E não é preciso ser um anglophilo exaltado para reconhecer que a Grã Bretanha, com o egoísmo peculiar a uma sociedade mercantil, era entre as potencias europeas a de tendencias mais pacifistas. Quem compara a impaciencia bellicosa da França, da Alemanha, da Russia com a relutancia com que a burguezia, no Reino Unido, aceitou o desafio da invasão belga não pode deixar de reconhecer que os aspectos materiaes da vida iam matando as esplendidas reservas do idealismo e dapiritualidade do genio inglez.

A hora que atravessamos é de transformações profundas, de transformações violentas de todos os valores, e não é possivel dar-se a nenhuma tarefa nobre, elevada, como as que nos reclama o patriotismo, se não adquirimos o exercicio das virtudes heroicas, isto é se não vitalizamos o nosso caracter. Temos varios apostolados a fazer. Mas nos minguam as vocações de evangelisadores. A cultura militar, afinando o espirito civico, tempera caracteres e forja fibras de uma resistencia incomparavel, atravessando-as das correntes magneticas do patriotismo verdadeiro. A corrupção e a estagnação dos costumes, a anarchia social, o flagelo dos governos devorantes, o parasitismo da advocacia administrativa, todos esses males poderiam ser attenuados com o cultivo de um saudavel espirito militar. O senti-

mento militar defende a nação tanto dos inimigos internos como externos.

Lloyd George, que tem a intelligencia penetrante do celta, conta por uma parabola, num dos discursos do inicio da guerra, o que esta veiu fazer pela Grã Bretanha. Conheço, diz elle, no Paiz de Galles, um valle entre as montanhas e o mar. A cordilheira abrigando-o dos ventos, a existencia se torna, por isso mesmo, ali, assaz enervante. Os rapazes da aldeia tinham o habito de galgar as escarpas do monte, que fica a cavalleiro, afim de gozarem o panorama das montanhas e serem estimulados pelas brisas que sopravam do alto e pelo espectaculo da grandeza dellas. Vae por algumas gerações que a Inglaterra vive dentro de um valle fechado, com demasiado conforto, com um excessivo egoismo. Eis porque a mão do destino severa a impelli a esta elevação, de onde poderemos divisor as coisas eternas, que representam, numa nação, os grandes pincaros da honra, do dever e do patriotismo.

Desgraçadamente, nós ainda estamos no fundo do valle, a vista limitada por perspectivas estreitas, onde não ha horizonte, nem azul céste. Vamos, então, subir os espingões da montanha heroica, encher o peito do seu ar saudavel, illuminando a visão desses clarões da eternidade, que purificam de um novo halito, de uma esperança nova o coração da humanidade europea.

## Para quem apellar?

Do nosso n. 8, de 10. 5. 1914, pag. 244, extrahimos do artigo da redacção intitulado «Desorganização militar», que desgraçadamente ainda conserva a sua actualidade, os seguintes trechos:

«Muito batida está essa cançada tecla da nihilidade total dos numeros com que se enleva e se compraz a nossa embryonaria organização militar.

Si a situação d'ahi resultante é de um desalento avassalador, valha-nos ao menos a constatação de que ainda aparece quem não tenha de todo perdido a esperança de fazer-se ouvir um dia.

Em todos os tons da vasta gama das lamentações, reprovações e apellos tem sido narrada a nossa indizivel penuria militar, que parece proporcional ás distâncias a que as guarnições se acham da Capital Federal. Para a infantaria e a artilharia esse decrescimento centrifugo como que obedece ainda á proporcionalidade do quadrado dos numeros dos regimentos...»

E prossegue o artigo numa serie de considerações tendentes a demonstrar, entre outros males, a grande falta de officiaes nos corpos, destacando-se o exemplo de um

tenente, que accumulava **quatorze** cargos no seu regimento.

Desgraçadamente, repetimos, passados 4 1/2 annos, nada se tem melhorado, positivamente nada, nesse quadro desolador da falta de officiaes nos corpos. E o facto tem actualmente um aspecto mais sério porque esses corpos sem officiaes estão cheios de magnificos recrutas que se chamaram ás fileiras para dar-lhes instrucção, preparal-os para uma eventual collaboração util na defeza do paiz. E essa instrucção, sem os officiaes, é humanamente impossivel que seja dada; estes homens que seria injustiça retel-los nos quarteis até que o Governo lhes mandasse officiaes, vão ser excluidos da activa e, portanto, considerados reservistas, por hypothese com todos os requisitos que esta qualidate implica.

E' pois uma rematada burla que se pratica com estes homens, é uma mentira que se pespega á Nação, e os homens que tiverem passado por semelhante prova hão de ser convencidos propagandistas, e com carradas de razão, da completa inutilidade do tributo das armas.

Para quem apellar?

\* \*

Estas considerações nos sugerem quasi diariamente as passagens da correspondencia que, como é natural, mantemos com os nossos camaradas de todas as guarnições, e agora recrudeceram com uma noticia haurida de um mappa official do 4.º R. A., no Rio Grande do Sul, segundo informação fidedigna.

O 1.º tenente Alcides Gomes da Silveira, «que commanda a 1.ª bateria, tambem commanda a 2.ª, a 3.ª, a 4.ª, a 5.ª e a 6.ª, commanda os estados-menores dos dois grupos e o do regimento, é secretario do regimento e professor da escola regimental.»

Que portento este subalterno que faz o serviço de **vinte e dois** officiaes!

Que modestos os dois cdtes. de grupo que se contentam cada um com **meio official** para as funcções que deveriam ser repartidas entre dez! Um vigesimo, portanto, do que deveriam ter! E nem ao menos podem locupletar-se com a posse indisputada da sua fortuna hemitenental: a casa da ordem do regimento, a secretaria do regimento reclamam a sua quota-partie, e á noite a escola regimental não

quer saber de mais nada, pede a presença do seu director, e é o mesmo *ubiquitario* tenente...

Mas não é tudo: o *abnegado* tenente Alcides tem um *alter ego* em Cruz Alta — o tenente Luiz Martins da Silva que gallardamente desempenha identico papel no 8.º R. A.!

E é assim que o Brazil tem estas doze baterias de tiro rapido: interinidade geral nos commandos a partir do de grupo, accumulação dos demais cargos de cada regimento em um official, pessoal em effeitivo de instrucção quasi completo e officiaes para dirigirem essa instrucção em numero insufficiente, em rigor, para uma unica bateria, material incompleto, etc.,

Para quem apellar?

## Causas de victoria e derrota dos principaes exercitos nas guerras dos seculos XIX e XX

Investigando as causas de victoria e derrota dos principaes exercitos nos seculos XIX e XX, o General von Freytag-Loringhoven pesquisou-as no terreno psychico dos respectivos exercitos, e, de conformidade com a natureza da conducta da guerra de hoje, na attitude que deante do inimigo elles assumiram, principalmente daquelles exercitos cujo recrutamento se baseava no servizo militar obrigatorio geral ou que constituiam uma verdadeira conscripção nacional.

O resultado das considerações, a que levaram o eminent ecriptor e militar as suas investigações, permitti-o-lhe reconhecer que «os exercitos em cuja capacidade se queira confiar quando collocados deante do inimigo, não pôdem ser improvisados. Unicamente uma instrucção perfeita dos chefes e das tropas, que só se obtém por meio de um ensino esmerado durante a paz, e uma preparação meticulosa das formações e do aprovisionamento das tropas para a guerra são a garantia segura para o exito».

A abnegação estoica e o heroismo do soldado francez que todos os povos e governos, sem exceção de um só, veneram; a improvisação dos exercitos de milhões pelos Lord Kitchner e Wilson que nos causam admiração; o proprio estado de guerra em que nós nos achamos ha mais de um anno; as relações internacionaes de neutralidade de alguns Estados e o seu poder militar crescente, parece que nenhuma influencia exercem para que entre nós se desenvolva o senso da realidade, que eleve o nível moral e material das nossas forças armadas. E os dirigentes terão reflectido seriamente sobre a grande responsabilidade que lhes advem d'ahi e lhes cabe nas emergencias em que nós nos virmos collocados?.. Os factos que a imprensa registra quasi quotidianamente e que não têm soffrido contestação provocam, infelizmente, uma resposta negativa!

Mas, será concebivel que haja alguém que acredite em uma paz desarmada?

Quanto a esta pergunta, parece, que não falta, quem, por calculo, responda affirmativamente!

Apesar de ja se ter escripto e fallado, mesmo feito muito, relativamente ao reerguimento do nível moral e material do nosso exercito, está elle ainda longe de ser aquillo que lhe garanta o exito na guerra, porque ainda estamos longe do desaparecimento de uma geração inteira de milhões de analphabetos.

A historia é nisso a melhor mestra e o que ella diz é a verdade que, portanto, como tal, sempre e em todas as situações pôde e deve ser repetida.

Não me lembro exactamente das palavras com que o falecido Dr. Moreira Pinto, inolvidavel professor de historia universal da antiga Praia Vermelha, respondeu altivamente, na aula, a um aparte do Conde d'Eu sobre a exposição dos factos passados na noite de São Bartolomeu. Sei, porém, o bastante, para que podesse servir de mote ás linhas abaixas com as quaes desejaria concorrer na commemoração do VI anniversario da «A Defeza Nacional» que se bate justamente pelo ideal militar que transparece nellas, o servizo militar obrigatorio geral.

Essas linhas são a reprodução fiel daquillo que o General von Freytag-Loringhoven apurou em um dos seus trabalhos mais recentes de litteratura militar «As condições fundamentaes para o exito na guerra».

\* \*

São elles as seguintes.

As consequencias a que será levado um exercito que não satisfizer aquellas duas condições primordiaes, uma instrucção perfeita dos chefes e das tropas, que só se obtém por meio de um ensino esmerado durante a paz, e uma preparação meticulosa das formações e do aprovisionamento das tropas para a guerra, mostram os casos, dos turcos na guerra balcanica, da formação de novas unidades francezes na guerra de 1870/71, bem como dos americanos na guerra de secessão. Em todos elles, ou não se dispunha sequer de quadros com effectivo de paz, ou, onde elles existiam, havia uma completa desproporção do effectivo para o numero de unidades que se formaram, ás quaes, portanto, faltava não sómente a indispensavel firmeza como tambem a necessaria mobilidade. O que sobretudo caracteriza todas essas improvisações é a sua falta de energia, sua lentidão, e a sua incapacidade de se adaptarem a situações inesperadas. Além disso, evidencia-se por toda parte a disparidade entre os planos gigantescos, mesmo extravagantes, do alto commando e a diminuta capacidade de rendimento das tropas. Nesse sentido não se pôde imaginar contraste maior do que aquelle que existe entre o rendimento das reduzidas tropas allemas no Loire e a impotencia das novas formações francezas. Na maioria dos casos não faltava á tropa a necessaria bravura ou bôa vontade, quer se trate dos turcos, ou dos guardas moveis francezes ou ainda das milicias e das classes de voluntarios americanos, mas, é que essas qualidades não chegaram a produzir seus effeitos, devido á precipitação com que se arrebanharam essas novas tropas.

O que ainda caracteriza taes exercitos improvisados é a sua insignificante resistencia ás intem-

peries, ás fadigas e privações na guerra, bem como a sua diminuta energia de reagirem contra impressões inesperadas. Provas eloquentes disso oferecem os casos de panico na Thracia, o abalo do exercito do Loire que se propagou tão rapidamente após os dias de Beaune la Rolande e de Loigny-Poupry, o falhar por completo do exercito de Bourbaki a sueste da França, os casos de panico de Bull Run e de Chancellorsville.

O General Reisner Barão de Lichtenstern diz mui significativamente (A força imaginativa na guerra e sua importancia para a instrucao na paz. Questões militares controversas, 3. fasciculo, pagina 18, Berlim 1902): «Os elementos materiaes e moraes de combate são, por sua natureza inteiramente diferentes entre si. Ao passo que sempre se pôde distinguir perfeitamente todos os elementos materiaes, não se dá o mesmo com os elementos psychicos que tem a admiravel propriedade de por um lado se contrahirem e condensarem e por outro lado se dilatarem indefinidamente com a maxima força expansiva. Em vista da extraordinaria variabilidade da psyché, dotada de uma gradação indefinida, não deve causar admiração que só raras vezes, especialmente em momentos de excitação, ella esteja completamente de acordo com as relações reaes que a cercam. E isso se percebe notadamente na luta, quando a alma se enche de imaginações impressionantes que repellem ou eliminam as imaginações oppostas. Ahi, ou as relações effectivas, ainda que de natureza melindrosissima, merecem pouco caso e são dominadas heroicamente, ou então dâ-se-lhes uma importancia que ultrapassa de muito os limites do bom senso, dois extremos ligados naturalmente por abundantes gradações e transições. O valor da personalidade dos combatentes apresenta-se ahi em um grão muito elevado».

*«Ha casos em que tambem falham tropas co-hesas».*

Como essa personalidade se manifesta no mesmo homem de modos diferentes, segundo as circunstancias de momento, encontramos casos em que ella falha repentinamente quando se vir collocada deante do inimigo, apesar de se tratar no caso de chefes e tropas instruidas que sempre foram uma garantia, mesmo das melhoras. Nesses casos, tiveram quasi sempre uma accão decisiva, acontecimentos que os precederam e o grão de abatimento physico e psychico. O que explica a funesta capitulação de Prenzlau foi unicamente o abatimento moral em que tinha cahido o Príncipe de Hohenlohe após os tremendos acontecimentos. Os franceses souberam inspirar no chefe de estado maior de Hohenlohe e, dest'arte no proprio príncipe, a crença de que não havia mais possibilidade de se escaparem as suas tropas. Do mesmo modo como aqui se assinou uma capitulação em virtude de suposições falsas relativas ao inimigo, assim tambem o chefe de estado maior do exercito italiano, La Marmora, no dia 24 de Junho de 1866 em Custozza, cedeu á «força imaginativa na guerra», quando, ao suppôr os austriacos ainda a leste do Adige, viu repentinamente seu exercito por elles atacado em seu flanco esquerdo.

A 30 de Outubro de 1899 um destacamento inglez, composto de 900 homens de infantaria e de uma bateria de artilharia de montanha que após uma marcha nocturna exhaustiva fôra atacada pelos boers por todos os lados, rendeu-

se em Nicholsons Nek depois de haver luctado durante mais de dez horas. O commandante do destacamento entendera que por falta de munição era inutil continuar a resistir apezar das officiaes e soldados estarem inteiramente dispostos a se baterem para atravessar o cerco.

A 10 de Dezembro do mesmo anno outro destacamento inglez, composto de 2500 homens e 2 baterias, que tambem tinha marchado durante a noite, foi, em Stormberg, ao clarear do dia repentinamente envolvido pelo fogo dos boers e sacrificado em 135 homens, entre mortos e feridos, alem de 581 prisioneiros illosos. «A razão por que a infantaria ingleza foi sujeita tão rapida quão completamente a perdas tão grandes, deve-se, em primeira linha, procurar na marcha nocturna extenuante que tirou o resto de energias ás tropas, ja por si enfraquecidas pelo transporte na estrada de ferro e pela insuficiente alimentação; famintas e estafadas, ellas então se encontraram, completamente desprevenidas, com o inimigo. A consequencia da surpresa foi uma confusão geral na qual os commandantes tinham perdido toda ascendencia sobre os soldados». (Monographias de Historia Militar, fasciculo 32, 2.a edição, pag. 79 e 80).

Na noite para 5 de Julho de 1866 declarou-se o panico na cavallaria da reserva bavara durante a marcha atravez do Rhoen: «Ouvindo-se de subito tocar alarme, uma parte dos couraceiros muito agitados pelas marchas e contramarchas durante uma noite muito escura, não supunha outra causa senão que na realidade o inimigo então tinha apparecido e aos gritos: — Ahi vem os prussianos — lançou-se para tras, estabelecendo a desordem em tudo quanto encontrava na sua retaguarda. E toda aquella massa correu em uma retirada vertiginosa para Gersfeld dispersando-se dahi em diante em todas as direcções». (v. Lettow-Vorbeck, Historia da Guerra de 1866, na Alemanha, III, pag. 102).

Facto semelhante passou-se em Pilnikau, poucos dias antes, com a cavallaria prussiana do I. Corpo de Exercito. O 3. Regimento de Couraceiros que na tarde de 29 de Junho avançava em seguimento ao 12. Regimento de Ulanos, «em vez de seguir pela grande estrada para Koenigshof, tinha tomado com uma bateria de 4 libras um atalho que com a escuridão reinante formava um desfiladeiro atravez da floresta de difficil passagem. Por motivos não explicados, espalhou-se na bateria, que marchava em seguida ao esquadrão da testa junto ao qual se achava o commandante do regimento, e nos tres esquadrões que a seguiam, o boato da presença de infantaria inimiga. Na impossibilidade de, em tal situação, organizar a defesa, o major do estado maior do Regimento de Couraceiros mandou dar o toque «meia volta» seguido pouco depois de «ao trote». Sentindo-se completamente desamparados, puzeram-se os da frente a galopar, sendo pouco a pouco imitados por toda a columna. Os officiaes que a principio iam na frente (na direcção de marcha primitiva) não conseguiram dominar esse movimento, nem mesmo depois de se ter sahido da floresta. Dahi resultou que os tres esquadrões atravessassem os bivaques do Corpo de Exercito e o alarmassesem e elles só podessem ser detidos na sua retaguarda». (v. Lettow-Vorbeck, idem II, p. 341).

Nos dois ultimos casos citados tratou-se de cavallaria que naquella epoca ainda não estava

armada de mosquetão, razão por que em tais situações ella se achava, a bem dizer, desarmada. Isso, porém, não quer dizer que mesmo a melhor infantaria não fosse também tomada de pânico em plena batalha na qual, alias, se foi vitorioso. Na batalha de Gravelotte-St. Privat deu-se um recuo temporário na gruta do Mance pouco depois das 7 horas da tarde. «Na posição dos franceses surgiram linhas de atiradores densas consecutivas que, seguidas de fracções isoladas em ordem unida, ao som das cornetas e aos gritos se lançaram sobre a orla da floresta. Os grupos de atiradores alemães que, em sua maioria sem chefes e abalados por uma lucta sangrenta de horas inteiras, se achavam em campo razo entre as pedreiras e a estrada real, não se sentiram mais com forças para resistirem a esse assalto. Refluíram, pois, para a orla da floresta onde, ou de novo fizeram alto deante das forças constituídas ahi postadas em ordem unida, ou continuaram na fuga, através da floresta, para o fundo do valle do Mance... Si a retirada das fracções da frente ainda se fazia com relativa ordem, tornou-se ella cada vez mais desordenada e apressada quanto mais ella se propagava entre os destroços de infantaria da retaguarda. Foi assim que se produziu um pânico na retaguarda da linha de fogo. Baldados foram os esforços dos officiaes para deterrem a onda encrespada dos fugitivos; a massainha perdido a razão. Ella rollava sem cessar para o fundo do valle do Mance. Armões eram arrastados vertiginosamente através da multidão por parelhas contuzas e sem condutores. Essa confusão tornou-se então ainda maior quando as forças collocadas na orla da floresta, abriram fogo contra os franceses. Não podia deixar de acontecer que muitos daquelles que assim retiravam, fossem atingidos pelas próprias balas alemãs». (Estudos sobre a Historia Militar e a tactica, vol. V. «O 18 de Agosto». Paginas 306 e 307).

Não demorou que esse pânico fosse conjurado, tendo-se evitado maiores consequências funestas, que apresentam tais fenômenos quasi sempre facilmente localisaveis, quando as tropas forem bôas, sem dar tempo a que se tornem fatais em seus efeitos vastos, como só acontecer nos exercitos frouxamente cohesos. Em tais exercitos «a força imaginativa» encontra campo vasto que não pode ser limitado por aquella disciplina que só se consegue por meio de uma boa educação durante a paz. «A importância da educação militar intensiva (Drill) reside na noção completa da necessidade de prestar obediência ao superior. O hábito de obedecer tal como se o adquire no serviço militar, aplana o caminho para que essa imaginação produza seus efeitos». (Reisner v. Lichtenstren, idem pag. 44).

\* \* \*

A educação do soldado no hábito de obedecer adquire com os métodos de combate de hoje uma importância ainda maior, porque, na luta, a manifestação da influência do chefe sobre os homens não pode mais ser tão imediata como outr'ora quando apenas a simples voz habitual de comando bastava para vencer momentos difíceis de combate. Os chefes só poderão fazer valer a sua vontade, si a sua ação na guerra tiver sido precedida de uma instrução de combate de acordo com princípios ne-

cessários, e isso mesmo, somente si esses chefes, como acertadamente disse Reisner Barão de Lichtenstren, (Instrução de Tiro e Fogo de Infantaria em combate) «forem daquela estirpe de senhores cuja influência determinada se fazia sentir ainda que de momento não se via ou ouvia a sua pessoa». Semelhante influência determinada só se pode conseguir em um exército em que reina uma subordinação incondicional que, sem uma instrução rija nos exercícios, não pode ser alcançada. Onde existir essa subordinação como na Alemanha, uma vez que ella constitue, apenas um expediente e jamais o objecto, seria nefando tocar nela, pois, seria abalar os alicerces da autoridade sem a qual um sistema militar bem organizado não pode subsistir.

Não é por predileção pela rotina, pelo hábito antigo que nós nos aferramos à educação militar intensiva (Drill), mas, pela convicção adquirida e justificada pela história de que seu afrouxamento redundaria em um grande perigo. Perigo como esse, o Archiduque Alberto já havia considerado em 1869 «os esforços de uma imprensa subversiva visando ridicularizar a disciplina indispensável a todo exército e a observância rigorosa das formas nos exercícios» (A Responsabilidade na Guerra). Este perigo é, porém, hoje ainda maior visto como nem sempre é possível reconhecer o á primeira vista. O oficial é também um produto do seu tempo, e nem todos conseguem abster-se de dar a sua opinião publicamente, formando na chamada opinião pública. Mas, a esse respeito o Príncipe da Prússia escreveu em 1840 (Manuscritos do Imperador Guilherme o Grande): «Seria o fim si quizessemos sempre acompanhar a opinião pública». Nenhuma pessoa dotada de inteligência deixará, porém, de reconhecer que os exercícios das grandes massas de hoje carecem de uma disciplina perfeita para a guerra, si se quiser que elles se conservem cohesos e dirigíveis. O único meio de garantir-a está num ensino militar rijo, como o demonstram os factos históricos irrefutáveis já citados.

Tal disciplina doutrinada fornece juntamente com o apurado sentimento do dever consciente de um povo culto aquela natural firmeza interna que Hoepfner (Arquivo Militar da Guerra, reimpresso por Schiemann) já por ocasião da revista passada em Kalisz havia elogiado como sendo uma qualidade peculiar ás tropas prussianas, em contraste com a obediência forçada e artificial do exército russo daquela tempo. Um dia, o Marechal de Campo Schwerin apresentou o temor e o amor como os dois meios de dominar o soldado, acrescentou, porém, que, infelizmente, quasi sempre havia necessidade de recorrer-se exclusivamente ao temor — e, indubitablemente, para aquelles tempos, elle tinha razão. Para os nossos dias, não haverá dúvida que se dá o contrário. Sem a afecção pela pessoa do superior, que presuppõe naturalmente uma severidade salutar; sem gosto pela causa, os resultados que se colherem com a educação militar serão sempre apenas superficiais. Si, porém, ao contrário disso, mantivermos toda a nossa disciplina confirmada, conseguiremos educar os nossos melhores homens para serem os nossos colaboradores — e não ha nação no mundo que em matéria de homens os possua como os que nos fornecem os nossos anspeçadas

e os nossos melhores soldados —, então, realmente, a nossa instrução satisfará ás exigencias da luta contemporanea.

E' por isso erro darse de um modo tão generico valor menor aos recrutas fornecidos pelos districtos industriaes e pelas grandes cidades do que aos dos districtos rurais. Não ha duvida que, sob o ponto de vista physico, estes são melhores e mais resistentes, mas, considerando-se que, com os methodos de combate de hoje, o aproveitamento dos recursos technicos exigidos pela guerra, o homem deve possuir aptidões de que elle tem de servir-se até a certo grau quando na fileira, é indubitável que a população das cidades, tem, graças a sua maior vivacidade espiritual, uma certa superioridade sobre aquelles.

Do mesmo modo como no terreno da educação do soldado, assim tambem em todos os demais dominios da preparação para a guerra, não se pôde esperar até que ella arrebente para então recuperar o que ahi foi negligenciado durante a paz. Nós vimos que se cuidava, e Kuropatkin fez o seu possível nesse sentido, de melhorar o methodo de combater e o estado moral do exercito russo da Manschuria. Apezar da oportunidade que para maior facilidade de sua consecução offereceu a marcha das operações mais dilatoria do que em outras circumstancias durante uma campanha, nem assim se conseguiu um resultado que fosse satisfactorio. Foi impossivel remediar não somente a impropriade do russo para o combate moderno como tambem a propria diminuta aptidão das classes mais velhas da reserva (o Landstrum II allemão) para a guerra. Quanto á ultima consideração, muita cousa que dá que pensar o russo tambem se aplica a todos os exercitos. Mais uma razão para que o serviço militar obrigatorio seja em verdade o cumprimento de um dever por parte de todos em geral, afim de se poder dispensar o emprego das classes mais velhas na linha de fogo.

Não é menos applicavel a todo exercito recrutado pelo serviço obrigatorio o que diz o General Kuropatkin relativamente á necessidade de que hoje a guerra tem de ser nacional. Si todos, sem excepção, até ao ultimo soldado, estiverem compenetrados de que se trata da honra e existência da patria, um exercito assim formado, constituindo a nação armada, praticará prodigios; unicamente um exercito profissional pôde servir de instrumento nas mãos de uma politica insensata. Verdade é que, mesmo na guerra a mais nacional imaginavel, a energia potencial de um exercito recrutado pelo serviço obrigatorio não é illimitada, pois, isso nos ensinam as considerações feitas vor v. der Goltz sobre o declinio do sentimento bellicoso das tropas allemãs no Loire. (As Operações do Segundo Exercito no Loire, pag. 465, 335, 463). E' fora de duvida que o progresso da civilisação tornou o homem de hoje mais exigente, em certos sentidos, portanto, mais effeminado, e para a guerra menos apto do que se dava com as gerações anteriores. Cumpre ao commando superior, na guerra entrar com isso em linha de conta, socorrendo-se, por certo, do grande auxilio que para isso lhe offerecem as conquistas de technica de hoje.

(Continua).

## Projecto de lei de quadros e promoções

Resumo e complemento de trabalhos de diversos autores, publicados nesta Revista. Subsídio para a solução da questão.

Capítulo Klinger.  
1º Tte. Leitão de Carvalho.

### DOS QUADROS

Art.º 1.º — Os officiaes do Exercito de accordo com suas idades, funções e situações são distribuidos em quatro quadros:

- Q. A., quadro da tropa,
- Q. T., quadro dos technicos,
- Q. S., quadro supplementar,
- Q. E., quadro extraordinario.

Art.º 2.º — O Q. A. é o dos officiaes em serviço na tropa, nos quartéis-generaes, nas inspecções de armas, e no estado-maior do Exercito, excepto Serviço Geographico.

§ 1 — Os officiaes que tenham curso de estado-maior e que hajam feito um estagio de um anno, pelo menos, no estado-maior e ahi obtido nota de «aptidão», a juizo do seu chefe de secção, do chefe e do sub-chefe do estado-maior são arrolados em uma lista (L. E. M.), da qual, sómente della, são tirados os officiaes para os serviços de estado-maior.

§ 2 — Os officiaes de artilharia que tenham servido em artilharia de costa são arrolados em uma lista (L. C.), da qual são providos todos os cargos deste ramo da arma. O estado-maior fará a inclusão de aspirantes nessa especialidade proporcionalmente ao quadro d'ella e as classificações de segundos tenentes tambem serão feitas directamente, na devida proporção, nessa especialidade.

§ 3 — Os officiaes da L. E. M. e da L. C., pôdem não estar em serviço correspondente á sua especialidade, pois principalmente da primeira lista é necessário que existam em numero superior aos cargos dos effectivos de paz. A passagem da L. C., para a artilharia de campanha é regulada pelos mesmos principios do art. 7.º.

Art.º 3.º — O Q. T. destina-se aos officiaes de qualquer arma, com o curso de artilharia ou engenharia ou estado-maior, em função technica nas fabricas militares, arsenaes, serviço geographico e inspecções de serviços.

Art.º 4.º — O Q. A. e Q. T. são os quadros ordinarios (Q. O.) dos officiaes até aos seguintes limites de idade:

Tenentes, 38 annos; capitães, 46 annos; maiores, 48 annos; tenentes-coroneis, 52 annos; coroneis, 54 annos; generaes, 60, 63, 66 annos.

Art.º 5.º — O Q. S. é constituído pelos officiaes dos Q. O., empregados nos serviços sedentarios, (D. C., D. G., D. A., Directoria da Contabilidade da Guerra, Bibliothecarios, etc.) em idade superior á limitada no art. precedente; permanecem obrigatoriamente nesse quadro, a não ser por incapacidade physica comprovada, até ás idades fixadas para a reforma compulsoria na lei de 1890. Estes officiaes figuram no almanaque militar em separado.

§ 1 — O mesmo se applica ao corpo de saude e ao de intendentes.

Art.º 6.º — O Q. E. destina-se aos officiaes de qualquer dos outros quadros que exercam cargos no magisterio, vitalicios ou não, cargos electi-

vos, cargos nos estabelecimentos militares de ensino, instructores de tiros de guerra, officiaes da casa militar da Presidencia, do gabinete do Ministro da Guerra, do Chefe do D. G.

§ 1—Os professores vitalicios são arrolados em uma lista (L. P.) que tambem figura separada no almanaque militar.

§ 2—Cessado o motivo da inclusão no Q. E., o official volta para o Q. O., a que pertencia, ou para o Q. S., se estiver na edade.

Art.º 7.º—Depois de tres annos de permanencia no Q. A., o official nas condições do art. 3.º pôde a seu pedido ou a criterio do Governo ser nomeado para serviço do Q. T., se houver vaga nesse quadro, e após seis mezes de exercicio ser para elle transferido si fôr favoravel o juizo de seu chefe de serviço technico.

O official do Q. T., pôde após tres annos de permanencia nesse quadro requerer sua volta para o Q. A., a qual se lhe concederá, na primeira vaga, para a arma a que pertence. A reinclusão no Q. A., a criterio do Governo pode ter lugar a qualquer tempo, quando fôr desfavoravel o juizo de seus chefes do Q. T., sobre a sua aptidão para a especialidade.

Art.º 8.º—O official do Q. S. que attingir á edade da reforma compulsoria será, sem embargo á reforma, conservado no seu lugar, si quizér, como aggregado, com uma gratificação tal que fique com vencimentos eguaes aos que tinha antes da reforma. O Governo poderá dispensá-lo quando entender.

Art.º 9.º—O quadro de generaes de brigada é constituído de modo que em sua procedencia se attenda á proporcionalidade ao total dos officiaes de cada arma.

§ 1—O Governo procederá ao exame das procedencias dos actuaes generaes de brigada para que nas futuras promoções possa ir cumprindo esse preceito.

§ 2—Uma vez attendida essa proporção e desde já na medida do possivel, os commandos de brigada e a directoria de engenharia serão exercidos por generaes da respectiva arma, ou coroneis.

A nomeação de coronel para commandar brigada terá lugar quando por motivo de comissões especiaes (Q. E.) venha a ser insuficiente o quadro de generaes; taes coroneis não deverão pertencer aos corpos da brigada.

Art.º 10.º—O Estado Maior fará a fixação dos efectivos de officiaes para cada quadro, por postos, discriminadamente para todos os cargos necessarios: primeiramente sem levar em conta o numero de officiaes actualmente existentes (plano dos quadros a obter), em segundo lugar levando em conta esse factor (plano de distribuição provisoria).

§ 1—Nenhuma promoção será feita em consequencia desta lei senão á proporção e á medida que puderem ser preenchidos os claros de segundos tenentes.

§ 2—No plano de distribuição o Q. E. será reduzido ao minimo possivel (com excepção da L. P.).

§ 3—O Q. S., será contemplado no plano de distribuição com os officiaes reformados actualmente em serviço no Ministerio da Guerra e com os que para elle possam ser transferidos em virtude do art. 4º.

§ 4—O Q. A., terá na distribuição inicial preferencia sobre o Q. T., no preenchimento de

todos os lugares da tropa, com as seguintes reduções:

inspecções de armas (uma por arma); o general, um auxiliar, um ajudante;

cdos. de região: o general, um chefe de estado-maior, um adjuncto, um assistente, dois ajudantes de ordens;

cdos. de brigada: o general, um assistente, um ajudante de ordens; regimentos de todas as armas: ajudante primeiro tenente, accumulando a secretaria;

batalhões e grupos incorporados ou não; ajudante segundo tenente (cumulativamente secretario);

os independentes não terão fiscal e serão comandados por maiores ou tenentes coroneis que ocupem lugar na primeira metade da escala (de antiguidade);

companhias, esquadrões e baterias;

o capitão e um tenente (ou aspirante); no Rio de Janeiro mais um tenente (ou aspirante).

Essa distribuição minima será effectivamente attendida ainda que seja necessário empregar provisoriamente officiaes do Q. S., dos menos edosos.

§ 5—As promoções **decorrentes** desta lei obedecerão já aos principios estabelecidos no capitulo seguinte. Os limites do art. 4º serão aplicados successivamente a partir do posto mais alto, porque pôde assim tocar acesso a official que em seu posto já excederia de edade; isso não impede que todas as promoções se publiquem na mesma occasião.

§ 6—O official do Q. T. que ao attingir a edade da transferencia para o Q. S. se achar ha tres annos ou mais no cargo que então ocupar será nesse mantido; sua vaga só será preenchida por occasião da reforma compulsoria.

§ 7—O official do Q. S. que ao attingir a edade da reforma compulsoria se achar ha cinco annos ou mais no cargo que então ocupar será nesse mantido, sua vaga só será preenchida quando deixar o serviço militar.

§ 8—O Governo dará preferencia aos officiaes reformados para os cargos publicos federaes de nomeação nos diversos ministerios, e tambem para os providos por concurso.

### Das promoções

Art. 11—A promoção do aspirante a 2.º tenente tem lugar unicamente para o quadro da tropa. Só depois de tres annos de serviço nesse quadro, inclusive como aspirante, é que o segundo tenente pôde ser transferido para o Q. T. (artigos 3.º e 7.º).

Art. 12—O intersticio para a promoção a 1.º tenente é de quatro annos, deste a capitão é de tres e para todos os outros postos é de dois annos.

Art. 13—Ao cabo de seis annos de posto, ao mais tardar, o segundo tenente é promovido a primeiro tenente, e este ao cabo de dez annos de official, ao mais tardar, é promovido a capitão.

Este principio não dispensa, porém, a prévia satisfação das demais exigencias.

Art. 14—Os primeiros tenentes e capitães que por effeito do art. 13 vierem a ser excedentes serão de preferencia aproveitados em serviços compatíveis do Q. E. ou no Q. T. e para este transferidos na forma do art. 7.º.

Art. 15—A promoção do aspirante a segundo tenente, obedece á classificação por estudos

obtida na Escola; a do segundo tenente a primeiro é feita por antiguidade; as demais fazem-se parte por antiguidade, parte por merecimento.

§ 1—A antiguidade não constitue título bastante para a promoção. E' preciso que as folhas de julgamento do oficial pelos seus chefes nos dois últimos annos contenham juízo favorável.

§ 2—O oficial n.º 1 de sua escala que satisfizer a condição do § precedente será graduado no posto imediato. O que não a satisfizer será então transferido para o Q. S., como agregado, no posto que tinha.

Art. 16—Nos Q. O., as promoções por merecimento serão feitas a capitão para um terço das vagas, aos demais postos para metade das vagas.

§ 1—Nenhum oficial poderá ser promovido por merecimento no Q. A., sem ter pelo menos dois annos de arregimentado no posto ou em comando correspondente a esse posto; no Q. T., sem ter pelo menos dois annos de serviço em sua especialidade.

Durante o anno de 1918 esse tempo mínimo é reduzido a um anno.

§ 2—O oficial promovido por merecimento continua obrigatoriamente pelo menos por um anno na tropa, si do do Q. A., ou na especialidade em que se achava si do do Q. T.

Art. 17—No Q. S., após o primeiro provimento, um quarto das vagas se preencherão por promoções (as demais são preenchidas por transferência do Q. O.). A metade das promoções se fará por antiguidade e a outra metade por merecimento.

Nenhum oficial do Q. S., poderá ter acesso mais rápido que seus camaradas do Q. O., de igual antiguidade de oficialato.

Art. 18—O oficial do Q. E., concorre às promoções do respectivo Q. O., desde que satisfaça às condições desta lei. Caso não tenha ainda a do § 1.º do art. 16.º poderá requerer nomeação para adquirir-a, o que lhe será concedido na primeira vaga; se fôr promovido por merecimento terá que cumprir o que dispõe o § 2 do art. 16.º, e caso não o deseje deverá declará-lo em tempo para que não seja promovido.

Para a promoção por antiguidade no Q. E., com exceção dos officiaes da L. P., é imprescindível ter um anno de serviço em seu posto (si do Q. A.) ou em serviço technico (si do Q. T.).

§ 1—Os professores da L. P., terão promoção até ao posto de coronel, metade das vagas por antiguidade, metade por merecimento, de modo que nenhum tenha acesso mais rápido que seus camaradas dos Q. O., de igual antiguidade de oficialato.

§ 2—O professor vitalício em disponibilidade poderá, si preferir, solicitar serviço num dos Q. O., sem prejuízo de seus vencimentos, concretando então às vagas do posto imediato nesse quadro.

Art. 19—Para a promoção a general de divisão o Governo procederá á livre escolha dentre os generaes de brigada que tenham pelo menos dois annos de comando de divisão, ou de brigada (inclusive de Brigada Policial) sendo este como general ou como coronel.

Art. 20—A promoção a general de brigada é feita por escolha do Governo, respeitado o art. 9.º, dentre os coroneis dos Q. O., e do

Q. E., (respeitado o art.º 4.º) que tenham sido classificados em concurso.

Os coroneis do Q. T., e do Q. E., (respeitado o art. 4.º) que aspirarem ao generalato requererão em tempo, no seu posto, serviço no Q. A., o qual será imediatamente concedido, (sem transferencia de quadro para os do Q. T.). Só poderão ser promovidos após dois annos de serviço no Q. A., satisfeitas as demais condições, e se o forem não voltarão ao Q. T. ou Q. E., perdendo o direito ás vantagens que alli gozavam.

Art. 21—O concurso de que trata o art. precedente terá lugar no Rio de Janeiro, biennalmente, para os candidatos que ainda não tenham satisfeito essa condição.

Art. 22—O concurso de habilitação para general constará de duas provas práticas, uma sobre a carta, outra no terreno, esta sob a forma de manobra ou de exercício de quadros.

§ 1—O Estado Maior do Exercito estabelecerá o programma dessas provas e o modo de execução; fará as respectivas publicações seis meses antes do concurso.

§ 2—Dois meses antes do concurso o candidato será dispensado do serviço em que se achar, sem prejuízo de vencimentos, podendo recolher-se ao Rio de Janeiro. Si porém desistir do concurso ou de uma das provas, a não ser por motivo de saúde que o inhiba do serviço por mais de quinze dias sofrerá carga das passagens, da ajuda de custo e da gratificação percebida durante a licença.

§ 3—A comissão examinadora será presidida pelo Chefe do Estado Maior do Exercito e terá mais dois membros: o sub-chefe do Estado Maior e um general em serviço no Rio de Janeiro, nomeado pelo Ministro da Guerra.

§ 4—E' permitida a assistencia ao concurso sómente a officiaes generaes e aos concorrentes. O resultado do concurso será comunicado aos concorrentes, ao Ministro da Guerra que o fará registrar em livro reservado, e por esta autoridade ao Presidente da Republica.

Art. 23—O merecimento de que trata a presente lei será apurado em grãos de zero a dez, para os seguintes requisitos:

a) *Conducta civil e militar.* No julgamento deste requisito não pesará sómente o que constar da fé de officio; pesarão tambem as informações que sobre o oficial chegarem ao conhecimento do superior e que este fará criteriosamente apurar.

b) *Serviços na paz.* Apurados pelos elogios que o oficial tenha, e pelo numero e natureza desses serviços. Efeito para uma só promoção.

c) *Serviços na Guerra.* Apurados pelo que constar na fé de officio, examinado o tempo de campanha e a natureza do serviço. Efeito para uma só promoção.

d) *Illustração militar.* Apurada pelos livros, monographias e mais publicações do oficial, de utilidade attestada pelo Estado Maior do Exercito.

Para oficial sem o curso de Estado Maior o grão nesse requisito será no maximo 8, para oficial sem curso da arma no maximo 5.

e) *Pratica da sua função* — no respectivo quadro.

f) *Disciplina*. Apurada pela nitida compreensão dos deveres militares, praticamente provada.

g) *Actos de bravura*—expressamente consignados na fé de officio. Efeito para uma só promoção.

h) *Assiduidade no serviço*.—Contagem das licenças e permissões de qualquer ordem, inclusive para tratamento de saúde excedendo de três meses por anno, excepto se fôr em consequência de serviço.

*Observação*. Dos officiaes que não tenham os requisitos c e g não se dará grão para elles; a média será tomada só pelos outros seis requisitos.

Art. 24—Os commandantes de companhia, batalhão, regimento (e os das unidades correspondentes das outras armas) e os chefes de estabelecimentos e repartições e das respectivas secções, comunicarão no 1.º dia útil de Dezembro de cada anno, successivamente a começar pelos Commandantes (ou chefes) inferiores, ao círculo de seus officiaes, as folhas de seu julgamento. Os officiaes têm o prazo de três dias para apresentarem reclamações.

Art. 25—Uma cópia das folhas de julgamento e das reclamações não attendidas é remetida pelos canais competentes ao Chefe do Estado Maior do Exército, para ser procedido à classificação do merecimento dos officiaes de 1.º tenente a coronel e relacionados os aspirantes, 2.ºs tenentes e demais officiaes que não tenham tido julgamento favorável.

Estas folhas vão recebendo successivamente das autoridades do corpo e dos commandantes de brigadas e de divisão (ou do inspector do serviço) a assignatura com «concordo» ou com um «discordo» motivado.

Entende-se como julgamento não favorável aquelle que dê média inferior a 4 (3½ inclusive) nos requisitos a, b, e, f e h, e o que além disso dê grão inferior a 5 em cada um dos requisitos a e h.

Art. 26—No 1.º dia útil de Janeiro de cada anno reunir-se-á sob a presidência do Ministro da Guerra a comissão de classificação do merecimento, completada pelo Chefe do Estado Maior do Exército e o Chefe do D. G. e um general de brigada de cada uma das armas, escolhido por sorteio entre todos os que se acharem no Rio de Janeiro em serviço de carácter permanente.

§ 1—Esta comissão funcionará durante o tempo necessário, julgando as discordâncias de julgamentos de diversas autoridades sobre o mesmo oficial e as reclamações, a começar pelos aspirantes. Este trabalho deve ser terminado ao mais tardar em seis semanas.

§ 2—No almanaque figurará o numero de ordem dessa classificação ao lado direito dos dizeres relativos a cada oficial (de 1.º tenente a tenente coronel) e a promoção por merecimento será feita nessa ordem.

Art. 27—As promoções terão lugar a 24 de Fevereiro, a 14 de Julho, e a 7 de Setembro.

Art. 28—Revogam-se as disposições em contrário.

**2** Os extravios causados por falta de comunicação oportunamente das mudanças de endereço correm por conta do assignante.

## O JOGO DA GUERRA

*Tradução de um folheto do capitão Nieszel — Instrução das officiaes mediante o Jogo da Guerra, os exercícios na carta e os de quadros no terreno.*

### VIII

#### Exercícios de quadros no terreno

Quer seja de dupla ação, quer seja de ação simples—em que apenas trabalhe um partido, ficando o outro partido à disposição do director, nunca deve o exercício de quadros no terreno transformar-se em exercício na carta ao ar livre, ou em conferências táticas no campo.

O trabalho preparatório (ordens a expedir, notas prefixadoras da situação dos partidos, etc.) faz-se de antemão na carta, como no *Kriegspiel*; mas, começado o exercício só abre-a raramente, cumprindo utilizar quanto possível o terreno que se tem realmente sob a vista.

A ausência das tropas, suprime o director, como nos exercícios sobre a carta, com despachos de informações verbais, que, no decurso da manobra, revelem a cada partido o que de facto poderia ver. Esses despachos, em lugar de transmitidos ao commandante do partido, são por vezes entregues a um dos seus subordinados, o qual então resolverá por si mesmo, participando-lhe a resolução. É um processo que tem por virtude aproximar-se muito da realidade, pela circunstância de pôr os chefes em face de situações criadas pelos seus subordinados, sem o seu conhecimento, e das quais lhes cumpre tirar o máximo proveito.

Ao modo dos trabalhos na carta, não devem os partidos aceitar como informes senão o que veriam na realidade, ou aquillo que a disposição do serviço de reconhecimentos pode dar a conhecer. Mas, dado o esforço de imaginação que a ausência das tropas exige, a expedição das informações deverá ser abundantíssima. Não esquecer, entretanto, que é quasi impossível, quando não se viram entrar as tropas, avaliar o efectivo que ocupa um bosque ou uma aldeia.

*Natureza dos estudos nos exercícios de quadros.*—Do mesmo modo que no *Kriegspiel*, não cabe aqui estudar, excepto na cavalaria, manobras de fracções muito pequenas, ou em que figure uma só arma. Nos corpos, ao contrário, as manobras de quadros no terreno—sejam de ação simples, ou sejam de dupla ação, subsequentes aos exercícios na carta e aos pequenos exercícios de quadros feitos, durante o inverno, nas companhias, esquadrões, ou baterias—devem ter em vista ampliar as idéias dos officiaes, familiarizando-os, no terreno, com o desenvolvimento de unidades maiores do que as que vêm praticamente evoluir nos exercícios diários.

Nos regimentos o coronel será o director, e os officiaes superiores os commandantes de partidos, podendo esses partidos variar entre dois batalhões com uma bateria e meio esquadrão—a uma brigada mixta, composta de dois regimentos de infantaria, um ou dois grupos de artilharia e um regimento de cavalaria. Como no Jogo da Guerra, o mutuo concurso das várias armas, resultante da permuta dos officiaes para a execução dos exercícios avultará bas-

tante o proveito desta instruções, estreitando, além disso, os laços da camaradagem.

Nos estados-maiores, estudar-se-á sobretudo o combate das grandes unidades de todas as armas; e aproveitar-se-á o ensejo para os officiaes de estado-maior praticarem a profissão do mesmo modo que em manobra ou na guerra, procedendo ao estudo de caminhamentos, de reuniões de columnas, elaboração de partes escriptas destinadas ao commandante ou ás unidades vizinhas, confecção das mesmas partes dadas á viva voz, etc. E' o unico meio de que os generaes dispõem para chegarem ás manobras de outonmo com um pessoal bem traquejado e no qual desponham toda a confiança.

Quando se opera nas cercanias de uma praça forte ou de fortes isolados, é interessante figurar, de tempos em tempos, condições taes que a ação exercida por essas obras tenha de ser levada em conta no desenvolvimento da manobra. Nas regiões marinhas, será interessantíssimo supôr-se — quer apoiado, quer ameaçado por navios amigos ou adversários, á vista da costa.

Dahi resultará uma serie de problemas bastante particulares para o traçado dos itinerarios, a ocupação e o ataque das posições, etc. — problemas que, lamentavelmente, nunca se estudam na realidade.

*Organisação dos exercícios de quadros.* — Uma das dificuldades de execução do exercício de quadros provem da extensão do terreno a percorrer e do tempo perdido, que ahi resulta, se se quer, como é preciso, manter os executantes no terreno em que realmente se achariam. Semelhante dificuldade é sobretudo sensível se a manobra fôr de dupla ação. E', pois, indispensável que o director e seus adjuntos sejam montados para poderem percorrer rapidamente o terreno e transportarem-se de um a outro partido; e que disponham de cyclistas para recolherem as comunicações ou transmittirem as notas definidoras de situações novas e de novo trabalho.

*A) Somente um partido é de facto representado.* — Quando apenas um partido é efectivamente representado e o director se reserva a conducta do outro partido (vid. cap. IV), as questões de espaço e de tempo são faceis de resolver, porque são bem menos consideraveis.

O director, no começo, reunirá todos os executantes num ponto que lhes permitta descontar o conjunto do terreno, em que principia a execução da manobra e, caracterizando a situação inicial, indicará a cada um delles o primeiro problema a estudar, o proximo ponto de reunião e hora de encontro. Esta hora deve ser calculada de maneira a dar aos officiaes o tempo justamente necessário para percorrerem o terreno, afim de forçá-los a tomarem rapidamente as decisões. E porque todos hão de reunir-se ao director no proximo encontro, só se escrevem as ordens e as informações mais importantes. Continua-se a percorrer, desse modo, o terreno, de encontro em encontro, até o final do exercicio. O director conduz-se absolutamente como num *Kriegspiel* da mesma especie e, para poupar tempo, trata as questões o mais possível á viva voz.

Quando se versam, num corpo, as operações das pequenas unidades, é commodo, em certos

casos, balisar com alguns homens, ou com bandeirolas, quer dadas partes da posição ocupada pelo inimigo, quer os sitios de certas fracções, cuja manobra se considera.

Assim se caracterisam os acontecimentos estudados e se facilita em muito a tarefa dos executantes. Esse processo, bastante commodo na infantaria, é quasi indispensável nos pequenos estudos, a que dá lugar, nas companhias, a instrução dos officiaes novos e dos sargentos. E quando se estuda a ação de algumas companhias com uma pouca de cavallaria e de artilharia, chega-se, por seu intermedio, a representar materialmente e de modo bem expressivo todas as phases de u'a manobra.

E' igualmente possível operar o consorcio de um exercício de quadros com u'a manobra real. A tropa que manobra pode ser contraposta a um inimigo figurado por bandeirolas, cujo emprego se regula, segundo convenções bem conhecidas, por officiaes que executem um exercício de quadros. Os objectivos reaes, que os officiaes têm assim ante os olhos, nem só facilitam extremamente a execução do exercicio, como simplificam a função do director, que se resume á inspecção e á critica das disposições tomadas, sem ter de prestar nenhuma informação aos executantes, os quaes vêm o adversario manobrar.<sup>(1)</sup> Pode-se tambem enquadrar a tropa que manobra, ou incorporar-lhe unidades figuradas por bandeirolas, cujo emprego constitua o trabalho de uma parte dos quadros. Na companhia, ou no batalhão, conseguem-se, por semelhantes processos, nem só as mais variadas applicações nos exercícios de combate como ampliar-lhes consideravelmente a latitudine.

E' evidente que taes exercícios só são possíveis em terreno previamente e cuidadosamente reconhecido pelo director da manobra, e escolhido a talho para o ensino que deseja ministrar. A feição delicada do papel do director, nesse caso, está em formular um thema que atraia os executantes para o terreno escolhido, sem lhes tolher a iniciativa necessaria á escolha dos meios de execução e sobre que assenta o interesse pela manobra.

*B) Manobra de dupla ação.* — Na manobra de ação dupla, o terreno deve ter sido previamente explorado pelo director, para lhe ser possivel, com pleno conhecimento de causa, fixar pontos de encontro que, sobre bem descontinados, não exijam longos percursos.

Elle pode, no começo, reunir toda a gente num mesmo ponto, ou marcar encontros distintos para cada partido. Nesse primeiro encontro o director caracteriza a situação e indica o proximo ou proximos encontros e a hora, indo depois, e ao mesmo tempo que os executantes, reconhecer o terreno.

No começo de uma manobra, durante as preliminares de um combate, haverá, em geral, van-

(1) Pode-se recorrer vantajosamente a esse processo, sobretudo nos exercícios de quadros, em que se estude o emprego dos fogos.

Os problemas de tiro assim propostos, com objectivos moveis e utilizando o terreno ao modo de uma tropa em manobra, proporcionam aos officiaes condições absolutamente reaes e talvez mais instructivas do que as condições em que se fazem a maior parte dos tiros de combate.

tagem, dada a extensão do terreno a examinar, em fixar um ponto de reunião especial para cada partido, e até pontos distintos para as fracções principaes de cada partido, se estuda uma operação de grande unidade.

Em cada ponto de reunião, cada unidade coordena o seu trabalho, competindo ao director visitar-as, resolver as duvidas, propôr-lhes novos problemas e indicar-lhes o proximo encontro. E tambem pode, sobretudo se a operação abrange uma consideravel area de terreno, manter-se desde o começo num ponto central onde receba as communicações escriptas e donde despache, tambem por escripto, notas explicativas ou novas questões a estudar. Convém recorrer, de quando em quando, a esse processo, dada a sua vantagem para adextrar os officiaes em redigir rapidamente *ao ar livre*, sem mesa e mesmo a cavalo.

Quando a accão é bem urdida e o combate empenhado, é commodo, por vezes, designar o mesmo ponto de reunião para os dous partidos; mas elles ahi devem collocar-se distantes entre si de uns cincuenta passos, só se comunicando por intermedio do director ou dos seus adjunctos. Nem ha como proceder de outro modo se se quer estudar a progressão de um combate que se desenrola rapidamente, tendo de evitarem-se as interminaveis idas e vindas dos adjuncos e de tratarem-se o mais possivel as questões á viva voz.

Esse sistema não traz inconveniente no tocante ao estudo do terreno, que, além de conhecido por todos, já foi, neste momento da manobra, por todos palmilhado. E se restarem duvidas a este proposito, nada impede que se mandem um ou dois officiaes a cavalo estudarem especialmente, *sur place*, o sitio em questão.

Mas, comprehende-se bem que taes pontos de encontro devem ser escolhidos de sorte a permitirem uma vista de conjunto, quanto possivel completa, do terreno, considerado.

Exigem-se iguaes condições para o ponto em que, no final do exercicio, todos têm de reunir-se para a critica, que deve em principio fazer-se no proprio terreno da manobra. E, para não alongal-a exageradamente, podem ficar para depois as observações relativas aos trabalhos escriptos (ordens, croquis, participações), que depois se remettem directamente, por escripto aos officiaes, a quem dizem respeito.

**Duração dos exercícios.** — Para não despertar a fadiga, o desinteresse, e para não esmaecer a applicação dos executantes, convém que uma sessão de exercícios de quadros no terreno não exceda de cinco a seis horas — o que só se consegue, cortando as longas discussões durante o exercicio e conduzindo a operação directamente. A estricta semelhança entre a manobra e a realidade, bem como o zelo e attenção dos assistentes em seu decurso, só se obtém mercê de uma rapida successão dos acontecimentos.

E' desejável que se termine o exercicio numa unica sessão; ou, quando fôr impossivel, que se interrompa a manobra numa phase bem caracterizada, ficando-se ahi dessa vez; ou ainda, como aconselhamos para o *Kriegspiel* de dupla accão, terminal-a numa sessão ulterior.

1º Tenente Daltro Filho.

## PROJECTO

Para organisação de uma manobra da 3<sup>a</sup> Divisão na 5<sup>a</sup> Região Militar, pelo General de Divisão graduado reiormado Francisco Emilio Julien.

Setembro 1918.

### JUSTIFICAÇÃO.

Sem a supremacia naval militar, um desembarque de tropas inimigas na nossa extensissima costa não somente pôde ser tentada como também realizada.

E si considerarmos a nossa posição geographica concluir-se-á que uma guerra comosco não será feita só e exclusivamente por terra, as operações militares em terra, fatalmente, terão de ser realizadas em combinação com operações por mar que exercerão uma influencia decisiva sobre aquellas, tanto no sentido estrategico como no sentido tactico.

Convém lembrar o que, apos a visita do ministro da guerra russo em 1903 ao Japão, escreveu Kuropatkin, que menosprezava systematicamente as informações dos addidos militares no Japão. Julgando, após essa visita, os japonezes um pouco melhor, escreveu: «Fariam melhor si dessemos ao poder militar do Japão um valor equivalente ao dos exercitos europeus. Na defesa, um batalhão nosso resistirá a dois batalhões japonezes, mas, no ataque, nos também seremos obrigados a duplicar as nossas forças contra os japonezes.»

E' sempre o mesmo antigo erro funesto, o de menosprezar o adversario.

Justificada assim, em poucas palavras, a necessidade da realização de grandes manobras no Distrito Federal, visando, como todo exercicio militar, os fins da guerra, apresentamos o projecto anexo para uma manobra da 3<sup>a</sup> Divisão na 5<sup>a</sup> Região Militar, na qual as 5<sup>a</sup> e 6<sup>a</sup> Brigadas de Infantaria reforçadas por todas as outras armas, operarão uma contra a outra, em um terreno, com o qual devem estar familiarisadas, na presuposição de ahi terem realizado as suas manobras de brigada que devem preceder á de divisão na qual agora vão tomar parte.

*Ideia da manobra formulada pela direcção da manobra*

«Os dois partidos marcham um contra o outro. D'ahi resulta um combate no rio dos Affonsos entre a Estrada da Santa Cruz e a Estrada de Ferro, em Deodoro.»

Proseguimento da manobra no dia 7 de Outubro.

Iniciada no dia 4 de Outubro, a manobra devia, consoante a guerra, continuar no dia 6, mas, cahindo este dia em um domingo e, attendendo a fadiga das tropas, devemos considerá-lo dia de descanso.

### SITUAÇÃO MILITAR GERAL (1)

Um Grupo de Exercitos Vermelho acha-se na linha Pirahy-Itaguahy em marcha de frente para leste. Suas forças principaes marcham ao norte do rio Itaguahy e outras, menos numerosas, ao sul desse rio. Sobre a linha Estrada do Morro

(1) Carta do Distrito Federal, Revisão de 1907.

Alto—Campo Grande—Serra de Maripicú acham-se forças de observação vermelhas.

Um Grupo de Exercitos Azul reúne as suas forças ao norte do rio Merity, as suas forças principais a leste do rio Pilar e outras, menos numerosas, entre Merity e o rio Iguassú (2). Na Capital Federal existem grandes forças azuis. A linha da Estrada de Ferro Central do Brasil, entre Todos os Santos e o rio Sarapuhy, está guardada por forças da Guarda Nacional (3). A linha da Estrada de Ferro Deodoro—Sta. Cruz está destruída e nella não existe material rolante.

#### SITUAÇÃO MILITAR PARTICULAR

*Para o dia 5 de Outubro de 1918*

(1.º dia da manobra).

#### PARTIDO AZUL:

O G. de E. (4) azul que terminou a sua concentração no dia 4 de Outubro iniciará no dia 5 a sua marcha de frente contra o G. de E. vermelho que avança.

Na sua ala extrema esquerda, entre Merity e Pilar está o I Exercito, (4) achando-se as suas vanguardas na altura de Merity.

Na Praça da República da Capital Federal reuniram-se as tropas da 6ª Brigada de Infantaria reforçada seguintes:

Estado Maior da brigada, o 3.º R. I. reforçado por um batalhão figurado, 1.º R. C. e seu Estado Maior, o 1.º R. A. M. e seu Estado Maior (5) e 2 secções de sapadores mineiros, 1 secção de pontoneiros e 1 secção de telegrafistas do 1.º B. E. e a 1ª C. S.; ellas iniciaram a sua marcha de frente ás 16º chegando ás 18<sup>15</sup> a sua vanguarda a Engenho Novo (estaçao) (6) e o seu grosso em São Christovam (estaçao). Durante a marcha foram vistas patrulhas de cavalaria inimigas.

A partir da tardinha do dia 4 de Outubro até a manhã seguinte chegaram em Cascadura (7) pela estrada de ferro os 52., 55. e 56. B. C. e o 3.º G. O. Estas tropas estacionaram ahi em acantonamentos concentrados. (8)

A's 6º do dia 5 de Outubro estavam reunidas em Cascadura as columnas e os trens aggredados á 6ª Br. I.

Tendo sido subordinada ao I E., a brigada, depois de terminado o seu desembarque, estaria prompta na madrugada do dia 5 de Outubro para entrar em operações contra a linha Estrada do Morro Alto—Campo Grande—Serra de Marapicú.

2) O material cartographico deficiente de que dispomos não nos habilita a precisar as localidades, como conviria.

3) As gloriosas tradições militares dessa milícia, impõem a conservação dessa designação para a Reserva da 2ª linha.

4) Para melhor precisão dos efectivos, conviria adoptar-se, em vez de G. de E., simplesmente E (= 2 Corpos de Exercito) e, em vez de Exercito, C. de E. (= 2 divisões).

5) As colunas ligeiras de munição fazem parte dos grupos, razão por que não vêm mencionadas especialmente.

6) Conviria, para maior simplicidade e menor confusão, adaptar outra numeração para os batalhões dos regimentos de infantaria, porque elles têm apenas tres batalhões, devendo os batalhões de caçadores como os regimentos de artilharia ligeira e de obuzeiros ter uma numeração própria.

7) Na estação tinham-se construído rampas para o desembarque.

8) As tropas estacionam em acantonamentos, por que, como lembram as 200 gentis patrícias da terra dos bandeirantes em sua mensagem dirigida ao commandante da 6ª C. M. «o soldado brasileiro é digno da família brasileira».

No Qtl. Gl. do Est. Maior da Brigada, em São Christovam (estaçao), chegou ás 19º o telegramma seguinte:

Qtl. Gl. do E., Merity, 4,10. ás 18º.

Ala direita inimiga avança por..... (localidade a noroeste da Serra de Maripicú), podendo em um dia de marcha atingir linha..... (norte sul ao norte da Serra de Maripicú).

O I. E. collocará postos avançados dia 5 Outubro de Jacutinga para sul, para onde convergirá afim avançar 6 Outubro contra linha..... (norte sul ao norte da Serra de Maripicú).

A 6ª Br. reforçada explorará em direcção Campo Grande afim reunir-se 6 Outubro ao E. na Fazenda Gericinó.

Informações continuarão ser levadas para Merity.

Gl. Cdte. I. E.

Uma patrulha expedida para a linha Estrada do Morro Alto—Campo Grande informa:

1. Expedido do Morro do Borotó, 4. 10. ás 16<sup>20</sup>.

Um esquadrão inimigo em marcha de Bangú para Realengo. Sigo em direcção Campo Grande.

Tenente X.

Por escripto, levado por estafeta U. U.

Recebido ás 18<sup>25</sup>.

2. Expedido da Serra do Rio da Prata do Cabussú, 4. 10., ás 17<sup>30</sup>.

Ao esquadrão de que informei segue columna de todas as armas, 3 a 4 esquadrões, 3 batalhões, 3 baterias que atravessam Campo Grande; ponta da infantaria approxima-se de Bangú. Deixei aqui quem observa columna, sigo em direcção Campo Grande.

Por escripto, levado por estafeta U. U.

Tenente X.

Recebido ás 20<sup>30</sup>.

Informam alem disso:

1. Telegramma do intendente de Maxambomba, 4.10., ás 20º.

Patrulha cavallaria inimiga ao norte Serra Gericinó. Cavallaria inimiga entrou ás 16º em..... (localidade ao norte Serra Marapicú).

Intendente.

Recebido ás 21<sup>10</sup>.

2. O intendente de Guaratyba:

Expedito de Guaratyba, 4. 10., ás 19<sup>20</sup>.

Região até Estrada do Morro Alto limpa de inimigo.

Intendente.

Levado por cyclista.

Recebido ás 22<sup>30</sup>.

«Chefe do partido»: Gl. de Br. C. (Est. Maior da 3ª Br. A.).

«Tropas»: 7—4—8—4/7.

6ª Br. I. e 5ª C. M.

1 batalhão figurado.

1.º R. C. e Est. Maior.

1.º R. A. M.

3.º G. O.

2. s. s. m., 1 s. p. e 1 s. t. do 1.º B. E.

1. C. S. (supposta).

«Columnas e Trens»: (suppostos).

«Postos avançados»: Major VIII/3º R. I. (8.) o VII/3º R. I., 4º/1º R. C. estarão collocados a partir das 18º do dia 4. 10.

Linha mais avançada da Estação Todos os Santos até Estrada S. Matheus.

«Início do movimento» no dia 5. 10.

Infantaria pôde atravessar ás 7º a linha Estação Todos os Santos—Estrada Matheus.

### SITUAÇÃO MILITAR PARTICULAR

*Para o dia 5 de Outubro de 1918*

(1.º dia da manobra).

### PARTIDO VERMELHO:

Na ala direita do G. de E. vermelho o II E. acha-se no dia 4 de Outubro em marcha de frente ao norte e sul do rio Itaguahy.

Ao sul desse rio reune-se na manhã do dia 5 a 5º Br. reforçada que se achava de observação sobre a linha Estrada do Morro Alto—Campo Grande—Entroncamento de Sta. Cruz; o 1º/13º R. C. estava em Campo Grande.

A's 14º o cdte. da Br. recebeu em Sta. Cruz a ordem seguinte:

A meio caminho de..... para..... (muito ao norte das cabeceiras do rio Itaguahy), 4. 10 ás 12º.

1. A vanguarda do E. passará amanhã a linha Serra Maripicú—..... (localidade ao norte dela), e pretende continuar em sua marcha de frente, no dia 6 de Outubro, para Maxambomba.

2. A 5º Br. reforçada terá por missão cobrir o flanco direito do E. a leste e ao longo da linha Estrada do Morro Alto—Campo Grande—Serra Marapicú e interromper amanhã as vias ferreas em São Francisco Xavier.

Ela deve ter em vista ter de marchar para o norte, no dia 6 de Outubro, para a Fazenda de Gericinó, caso não se verificar que no Engenho Novo e na Estação de S. Christovam se reunem tropas do adversário.

3. Informações devem ser levadas para..... (localidade a meio caminho de..... para..... (muito ao norte das cabeceiras do rio Itaguahy)).

Gl., Cdte. do II E.

Por escripto, levado por oficial de ordens U.U.

Em cumprimento a essa ordem, a brigada iniciou a marcha de frente, alcançando ás 18º o 1º/13º R. C. o rio dos Affonsos, entre a Estrada de Sta. Cruz e a Villa Militar, as vanguardas Bangú, arredores a leste, e o grosso Santíssimo.

O commandante da brigada recebeu em Bangú as informações de patrulhas seguintes:

1ª ás 18º, expedida do Alto da Bôa Vista, Tijuca, 4. 10, ás 16º.

Na Serra do Engenho Novo e Bocca do Matto estão collocadas sentinelas de cavallaria. Habitantes dizem que na Capital Federal se reunem tropas na Praça da Republica. Deixo aqui o Tenente Y e eu sigo para a Capital Federal.

Tenente X.

Por escripto, levado por estafeta U. U.

2ª ás 20º, expedida do Morro do Mirante no Sumaré, 4. 10, ás 16º.

Força inimiga na Capital Federal, proximo da Estação Central da E. F. C. B., composta de 3 a 4 esquadrões, 2 a 3 batalhões, 3 baterias. Neste momento ella se põe em marcha de frente em direcção da Quinta da Bôa Vista.

X., Tenente.

Por escripto, levado por estafeta U. U.  
3ª ás 21º, expedida de Campinho (a 11/2 km. a sudoeste de Cascadura), 4. 10 ás 15º.

Ao longo da via ferrea ha tropas da Guarda Nacional. Afora estas tropas não ha inimigo nessa região. A' noite seguirei por Deodoro para o rio Pavuna.

Z., Tenente.

Por escripto, levado por estafeta que no seu regresso por Jacarépaguá a não serem sentinelas da Guarda Nacional na linha da estrada de ferro, nada vio do inimigo.

A's 22º chegou ao Qtl. Gl. do Est. Maior em... (localidade a meio caminho do ... para... muito ao norte das cabeceiras do rio Itaguahy) mais uma informação, dizendo que entre Jacutinga e Maxambomba havia postos avançados do inimigo e que a cavallaria do II E. tinha chegado em.... (localidade ao norte da Serra de Gericinó).

«Chefe do partido»: Gl. de Br. F. (Est. Maior da 4. Br. C.).

«Tropas»: 6—6—6—3/7.

5º Br. I. e 1 C. M.

13º R. C. e 1 esq. formado pelo 3º C. T.  
6º R. A. M.

1 s. s. — m., 1 s. p. e 1 s. t. do 1º B. E.  
1. C. S. (supposta).

«Columnas e Trens»: (suppostos).

«Postos avançados»: Major IV/2º R. I., o IV/2º R. I. e 1 esquadrão do 3º C. T.; estarão collocados no dia 4. 10 das 18º em deante.

Linha mais avançada: a leste do Realengo para ambos os lados da Estrada de Sta. Cruz.

O 1º/13º R. C. está no rio dos Affonsos, Fazenda dos Affonsos.

«Início do movimento» no dia 5. 10:

Unidades de cavallaria constituidas pôdem avançar amanhã ás 7º para além do rio dos Affonsos.

Unidades de infantaria constituidas pôdem atravessar ás 7º a Estrada de Aguas Grandes no Realengo.

\* \*

Devendo ser conservada a mesma situação militar geral e desejando, portanto, a direcção levar as operações para o Campo de Instrucção de Gericinó, terá ella de lançar mão de meios consoantes a guerra, que não sómente garantam a victoria ao partido azul no combate do rio dos Affonsos, mas, também que permitam repelir o partido vermelho para o norte, o que elle conseguirá por meio de um movimento envolvente da ala direita desse partido pela Estrada de Santa Cruz.

Para attender aos fins visados nas manobras, conviria formar com os tres batalhões de caçadores um regimento que ficaria sob o comando do coronel mais moderno e empregar os dois coroneis mais antigos como chefes de arbitros, collocados entre as duas linhas de ba-

talha, um em cada um dos seus extremos oppostos.

O 20º G. M., as columnas e o esquadrão restante do 3º C. T. a direcção da manobra daria o destino conveniente.

Não tratamos das situações militares particulares para o dia 7 de Outubro por dependerem do resultado do combate do dia 5 de Outubro.

## COISAS DA TROPA

### III

#### A 7ª Região.

*Uniformes.* — O mais provavel theatro de operações do nosso exercito suggere-me ideias sobre modificações que se imponem nos nossos uniformes de campanha.

Todo mundo sabe que elle deve ser bastante quente para os climas frios e suficientemente fresco para os tropicaes, ser resistente e possuir uma côr que permitta confundir o homem com o meio que o cerca.

O nosso actual uniforme de campanha para o inverno (flanella kaki) é demasiado leve para o Rio Grande do Sul, onde a temperatura frequentemente vai abaixo de 0º.

Geralmente na estação invernosa, quando não cahem as grandes geadas, o campo apresenta um lindo aspecto verde, onde mais facilmente se confundirá o panno dos nossos capotes que o kaki da flanela.

Portanto, em virtude, do *mimetismo* no inverno, de ser mais quente e até mesmo mais durável, acho conveniente a substituição do actual uniforme por um feito com panno igual ao dos capotes.

E' preferivel que os bolsos sejam de machos como os do uniforme de brim e os botões sejam bronzeados como os do capote ou occultos sob carcella.

Quanto ás platinas é inadiável a proscrição das actualmente usadas no 5º uniforme, cuja folha cedo rompe o panno e coça a gola das tunicas, defeito ao qual vem se juntar o de serem verdadeiros trambolhos de tirar e botar; melhor seria usar passadeiras como as do uniforme de brim com os galões de *soutache* de côr (branca para a cavalaria, garance para a infantaria, turqueza para a engenharia, azul-ultramar para a artilharia, côr de vinho para o corpo de saúde e preto para os intendentes).

O uniforme de brim kaki deve ser conservado porque os campos no verão apresentam-se amarellados pelas soalheiras, de

modo que tal fardamento melhor se confundirá com o terreno.

A gola de ambos precisa ser deitada como a do actual capote de official; dispenso-me de fallar dos conheidissimos inconvenientes das golas em pé em que se *engarrafam* nossos pescoços.

Desejo vehementemente o desaparecimento da inestetica fita *marrom* dos *bonets* as quaes em curto prazo apresentam-se rotas ou desbotadas.

Os bolsos nas tunicas dos soldados são tão indispensaveis como nas dos officiaes; só assim acabariam as *maletas* que elles fazem nos das calças, onde actualmente conduzem lenço, caixa de phosphoros, cigarreira e outras cousas eventualmente.

A adopção do uniforme verde permitiria abolir o 3º das praças.

Para formaturas de gala usar-se-ia a tunica verde com dragonas ou charlateiras (2º uniforme) e calças garance com lista daquella côr.

Seria mais economico para o governo que pouparia a despesa com as actuaes tunicas de panno.

Conservar-se-ia para os officiaes quando não estivessem em forma o actual 1º uniforme.

A tão solicitada e justa medida de adoptar calça diferente da tunica seria obtida uma vez que fossem permittidas combinações das peças dos dous uniformes de campanha.

A substituição do poncho pelo capote veio tirar um agasalho que o soldado possuia para as frigidissimas noites do sul; é preciso pois, urgentemente, adoptar-se a ideia do art. 38 da consolidação das disposições sobre fardamento, que é optima, de se distribuir á bateria mais um cobertor para cada homem, devendo ser-lhe entregue sómente no inverno.

Ha actualmente, e ainda perdurará por dous ou tres annos, uma enorme mistura de ponchos e capotes.

Si o governo determinasse que se vendessem os ponchos, no minimo pelo preço do custo, descontado o tempo de serviço, achar-se-ia neste Estado uma verdadeira multidão de compradores.

O resultado de tal venda serviria para adquirir no Arsenal de Guerra d'aqui, por conta do corpo, um certo numero de capotes.

Deste modo uniformizar-se-ia a unidade sem augmento de despesa para o paiz.

# ECONOMIAS

## "Asylo dos Invalidos da Patria"

*Continuação do trabalho editado nesta revista, fascículo de 10-9-17. Essa continuação, publico-a tal qual a escrevi naquelle tempo. Não se extranhe, pois, a diferença entre os efectivos, aqui registrados, e os efectivos actuaes do Asylo: não se extranhe porque a diferença não perturba o raciocínio nem invalida as conclusões.*

Contam-se, no presente, asylados — 748 praças do exercito, 31 da armada e 90 officiaes, entre os quaes 16 da administração do estabelecimento.

Comecemos por eliminar as 31 praças da armada, restituindo-as aos cuidados do ministerio da marinha, porque o asylo — quer pelo decreto de 1840, que o creou, quer pelas instruções de 1867, que ainda o regem — se destina exclusivamente aos invalidos do exercito.

Eliminen-se, por igual, os officiaes — honorarios ou reformados — para quem acharemos destino quando tratarmos, como medida economica, do aproveitamento dos inactivos. Nem era necessario, á parte essa consideração, inclui-los em nosso raciocínio, porque a matricula de officiaes no asylo, em consequencia da melhoria da reforma, baixou consideravelmente e baixou a ponto de anular-se nos dous ultimos annos.

Restam-nos, pois, as 748 praças do exercito, que irão decrescer escandalosamente, como nol-o indica a queda impressionadora das inclusões mais recentes. Numeram-se de facto: em 1914, noventa e um; em 1915, cincuenta e quatro; em 1916, trinta e cinco inclusões.

Mas, antes de proseguir, insistimos em mostrar que, mesmo em praças, o numero de invalidos tende a se anular. E não desadoremos conhecer, reproduzindo o texto do regulamento, que a lei só considera invalidos:

«1.º — As praças do exercito, que se impossibilitarem para o serviço militar em consequencia de ferimentos recebidos em combate, velhice, desastres ou molestias adquiridas no mesmo serviço, e não puderem, por qualquer destes motivos, obter os meios de sua subsistencia.

2.º — As praças de pret do exercito reformadas, que não se acharem inteiramente impossibilitadas de promover os

meios de sua subsistencia e o requererem.» (1)

Ora, com o serviço militar obrigatorio, a velhice não constitue mais, propriamente, uma invalidez militar, porque o voluntario ou sorteado abandona a fileira no vigor triumphal da mocidade. Os ferimentos de combate são, por sua vez, uma causa eventual, que não implica a existencia permanente de um asylo para os mutilados, cuja maior parte já se aproveitam, hoje, num sem numero de occupações industriaes. E as doenças contrahidas em serviço, que sempre constituiram um coeficiente minimo, irão, no futuro, concorrer com uma parcella quasi nulla, não já em virtude do prazo muito curto em que o homem permanece na fileira, mas sobretudo pelas exigencias legaes das inspecções de saúde e pela vida mais moralizada dos quarteis.

Os que, porém, apesar dessas reducções, se tornarem verdadeiramente invalidos, encontrarão nas dependencias da administração da guerra um sem numero de cargos em que podem ser utilizados.

Ha nos quarteis, nas escolas, nos hospitaes, nas fabricas, nos arsenaes, nos depositos, na Intendencia, nas fortalezas, nas circumscripções de recrutamento, na Guarda Nacional, nas sociedades de tiro — ha em todas as repartições militares, que orçam por centenas, centenas de lugares, em que se aproveitaria vantajosamente, com a suppressão economica de não sei quantas praças e civis, o trabalho rendoso dos invalidos. O rancho nos quarteis, a vigilancia interna e a fachina nos quarteis e nos outros estabelecimento, acima seriados, são funcções que se harmonisam com a sua ainda grande capacidade de trabalho.

Não pareça original a ideia de exigir-se-lhes essa actividade, pelo suppôr que lhes falte, para exercitá-la, o vigor physico correspondente.

Invalidez militar vale o mesmo que inaptidão para os serviços asperos da guerra — para as marchas longas e continuas, para as vigilias repetidas nos postos avançados, para o regimen bruto das trincheiras, para as arrancadas doidas dos combates, que suppõem a rijeza dos organismos moços e robustos — mas raramente o aleijão que impropria o homem ao exerci-

(1) Instruções para o asylo de invalidos, art. 2º, paragr. 1º e 2º, ord. do dia n. 546 de 26-4-67.

cicio quotidiano daquelles mansos trabalhos, de limpeza e vigilancia. Nem a condição de asylados os exime de praticá-los, porque as instruções de 1867, que ainda regem o asylo, prescrevem:

Art. 19. — Os officiaes e praças invalidos poderão exercer no estabelecimento os empregos que forem compatíveis com suas forças physicas, contanto que tenham para isso as necessarias habilitações.

Art. 27. — Haverá em arrecadação no Asylo o armamento e equipamento precisos para a guarda do estabelecimento, que será feita pelas praças do Asylo, que puderem prestar serviço moderado.

Art. 20. — Os inferiores e cornetas poderão ser praças veteranas dos corpos do exercito, escolhidos pelo seu bom comportamento, quer civil, quer militar.

A par desse serviço propriamente militar, o Asylo disporá de um horto e de oficinas (art. 21), onde os invalidos trabalhariam em horas apropriadas (art. 24).

A propria ordenança do Asylo, impondo aos asylados a contribuição de trabalhos por ventura mais pesados que a limpeza de uma baia, ou a guarda de um alojamento, não maravilha que possam, com economia para o orçamento e com vantagem para a instrução da tropa, substituir por toda a parte os numerosíssimos soldados, que distraímos em semelhantes labores.

Mas, ha outro aspecto da questão: o prejuízo da disciplina, resultante da convivencia, dentro dos quarteis, de individuos em tão estranha condição.

E' uma objecção sem valor; porque a invalidez os não forra da responsabilidade das transgressões disciplinares. As praças asyladas applicam-se, no proprio Asylo, «pelas faltas que commetterem, castigos moderados, e prisão solitaria sem redução de alimentação, ou, com esta, conforme a gravidade do delicto; para o que haverá no estabelecimento uma prisão apropriada (art. 35).

Ainda mais: «Serão, por ordem do ministerio da guerra, expulsos do asylo, os invalidos que se mostrarem incorrigíveis, ouvindo-se sempre um conselho de disciplina, de nomeação do ajudante general do exercito» (art. 35, paragr. 2º). E quando venham a tornar-se criminosos, como sucedeu com o marinheiro Oscar Baptista, que incendiou o edificio do recolhimento em 24 de Janeiro de 1909, responderão, como aquelle delinquente res-

pondeu, ao processo previsto no Código penal.

Resta apenas a dificuldade do art. 26, que manda internar no Asylo e alimentar a sua custa as mulheres e os filhos dos invalidos casados. Mas, a situação dessas famalias, sobretudo nas pequenas cidades do sertão, não seria inferior á das familiias dos nossos antigos voluntarios. Viverão, como os ultimos viviam, uma vida mais suave e mais util e menos promiscua que na ilha desoladora do Bom Jesus.

1º Tenente *Dalstro Filho*.

## O Serviço de Signaleiros

O serviço de signaleiros, como elemento de communicações, é de importancia indiscutivel. Dessa importancia decorre o interesse de tornal-o tão pratico quanto facil. E' nossa intenção, pois, mostrar que o actual regulamento de signaleiros não é pratico nem facil. Não é pratico, porque, como se lê nelle mesmo, só a parte theorica comprehende: ensino de grupos de letras, regra da inversão e abreviações.

Com os homens que recebemos presentemente e que receberemos ainda por muitos annos, (\*) principalmente aquelles que mais directamente são obrigados ao aprendizado deste serviço, só a parte theorica é bastante para consumir um tempo bem apreciavel.

Os signaes com bandeiras, ou luzes, não servem somente, como diz o mesmo regulamento, para a transmissão de pequenas informações ou ordens; podem servir tambem para a transmissão de grandes informações ou ordens, quer no tamanho, quer na importancia e quer na oportunidade.

Alem da falta de simplicidade no ensino, ha a dificuldade do trabalho á noite.

E' verdade que o regulamento nos falla nas lampadas; mas, podemos dizer que o emprego das lampadas difficulta a regra da inversão, porque nos movimentos circulares não será facil manejá-las. No caso, então, das lampadas de azeite ou kerozene, que será em campanha o mais commum, haverá forçosamente, inconvenientes para o manejo.

(\*) N. da R. — Si o sorteio continuar a ser atraído por um alistamento viciado e por substituições atrevidamente evidentes...

Instructor que fomos de signaleiros, tivemos occasião de experimentar o trabalho fatigante de ensinar á homens pouco intelligentes ou de intelligencia embotada, a parte referente á inversão. Por isso, e tendo em vista, que «na guerra só dá resultado o que é simples» ousamos, sem a menor desconsideração ao distincto camarada autor do regulamento em vigor, apresentar a idéa de substituirmos no mesmo regulamento, os signaes alli indicados pelos do Morse. Nestes, ha a vantagem de trabalharmos sempre do mesmo modo e sempre com a mesma facilidade, quer de dia, quer á noite. Os homens aprendem mais rapidamente o alfabeto Morse do que a regra de inversão e os grupos de letras.

Tivemos occasião de tomar tres homens, dos mais atrasados no serviço de signaleiros, para experiença, e conseguimos ensinar, pelo Morse o segundo grupo de letras (*b, d, f, h, g, j, l, m*), que ainda não haviam aprehendido pela regra da inversão.

Pelo Morse convencionamos que uma bandeira ou lampada (pela côr) daria os pontos, a outra, os traços.

Assim convencionado, entramos logo na theoria applicada. Notamos, com surpresa, que os mais remissos á regra da inversão, eram os mais anciosos pelo prosseguimento do Morse. Nossa methodo éra o seguinte: Mostrar ao homem que o 'A' representa-se por um ponto e um traço (—) perguntando em seguida qual a bandeira dos pontos e qual a dos traços, e tinhamos o prazer de vêr a facilidade com que o soldado, por si, contava o numero de pontos, para elevar egual numero de vezes a bandeira correspondente. Durante o acampamento do 9.<sup>o</sup> batalhão de infantaria, mais uma vez, nos convencemos da simplicidade e productividade dos signaes de Morse.

Uma praça, intelligente é verdade, ignorava por completo esses signaes. Demos-lhe um despacho para transmittir nos seguintes termos: «Batalhão segue depois de segunda-feira».

Em seguida ás ligeiras explicações sobre a transmissão, já o referido soldado mostrava-se senhor das letras que compunham o mesmo despacho.

De real simplicidade pratica e sem a necessidade de omittir letras, como faz o actual regulamento, o alfabeto Morse evita essa noção erronea, que se dá á ho-

mens incapazes de acceitar, com facilidade, a permuta toda arbitaria de letras, cujo valôr reconheceram na escola primaria de suas terras ou na escola regimental.

O Morse pode ser accusado de universal, mas essa objecção seria sem valôr, porque, alem de ser quasi universal o presente regulamento (pois está á venda) aquelle presta-se muito mais facilmente ao emprego das chaves.

Pela natureza do assumpto, a transmissão de informações ou ordens, pode exigir a presença de um official e a adopção do Morse obrigar-nos-ia á todos, trazer de memoria o que aprendemos á custa da Nação e abandonamos por falta de applicação. Desde que os officiaes praticassem continuamente o Morse, a transmissão por elle, não exigiria o trabalhoso aprendisado, porque um despacho apresentado com os caracteres de Morse, seria imediatamente transmittido por qualquer praça intelligent que comprehendesse, o que é facilimo, que uma bandeira (ou lampada) transmitte os pontos e a outra os traços.

Não queremos dizer com isto, que se-ria desnecessario o ensino ás praças, não, queremos dizer apenas, que uma praça embora não muito instruida em tal serviço, poderia transmittir com facilidade, desde que o despacho fosse apresentado com aquelles signaes.

Quanto á recepção, mais facil ainda se torna, pois a copia seria quasi mecanica: tantos pontos e tantos traços seriam lançados ao papel, quantas vezes se elevasse uma ou outra bandeira (ou lampada).

Entretanto, quasi que podemos afirmar ser um processo de ensino, o apresentar-se ás praças despachos a transmitir, com os signaes do Morse, porque sendo os homens naturalmente curiosos e, tanto mais quanto mais intelligentes, o resultado seria vantajoso, pois o transmissor procuraria sempre saber o que transmittio.

Deveria ser obrigatorio para os officiaes (principalmente de infantaria) o conhecimento e manejo do Morse, adoptado como é na telegraphia universal, quer com fio quer sem elle.

Que será do official designado para ocupar uma estação telegraphica, ignorando por completo aquelles signaes?

Quantas vantagens adviriam desse conhecimento?

Não será mais util, mais pratico e mais militar que todos estejam em condições de fiscalisar a transmissão ou recepção telegraphica, elemento importantissimo de informações? Não seria utilissimo que cada official soubesse transmittir e receber?

E' facilimo.

Além de nos obrigar á pratica diaria, a adopção do Morse teria ainda, uma grande virtude: restituíria á vida civil, individuos aptos para o serviço de telegraphia que, quer com fio quer sem fio, terá cada vez maior desenvolvimento em nosso vasto paiz.

As bandeiras, ás lanternas ou mesmo um simples heliotropio, com o Morse, podem prestar, ao serviço de informações, um concurso de muito valor.

1º Tte. *Furtado Sobrinho.*

N. da R.—Por proposta do E. M. E. já o Sr. Marechal Faria determinou um estudo comparativo de systemas de signaes, no qual concorrerá o Morse.

## Questões míudas de Tiro

Quem se lembra do que era a instrucção de tiro entre nós anteriormente ao R. T. I., bem pôde avaliar o enorme progresso realizado e o inestimável serviço que esse livrinho, hoje tão manuseado, veio prestar ao Exercito. Até a curiosa anomalia das sociedades de tiro incorporadas, que ainda ha bem pouco tempo não eram obrigadas a seguir-o e não se davam ao proveitoso trabalho de fazel-o, desapareceu com o novo regulamento da Directoria Geral do Tiro de Guerra.

A publicação de alguns trabalhos sobre o tiro, versando todos sobre pontos do regulamento, veio despertar ainda maior interesse pelo assumpto, com o qual hoje todos os officiaes estão familiarizados, apurando-se assim cada vez mais a instrucção. E bem se pôde observar que o R. T. I., justamente porque de todos os regulamentos é o que se conservou mais fiel ao original, é tambem o menos criticado e o mais escrupulosamente seguido.

Mesmo assim, ainda ha divergencias na interpretação dos seus preceitos e de algumas trata este artigo.

Antes, porém, de examinal-as, julgo que ha certo interesse em ventilar uma ques-

tão que pouco a pouco tem tomado vulto: quero referir-me ao preenchimento das condições de tiro do R. T. I. com o fuzil 1895. E' opinião de muitos que as condições de tiro devem ser diferentes para os dous fuzis, attendendo ás diferenças que existem entre elles.

Praticamente, não ha duvida que se pôde sem dificuldade preencher-as com o 95; diariamente o fazem a Escola Tactica de Tiro da Guarda Nacional, as sociedades de tiro, collegios, associações, etc. Atiradores ha, que até preferem o 95 ao 908, nos tiros de instrucção. Theoricamente, a comparação das tabellas de precisão dos dous fuzis, que em seguida apresento, mostra que com ambos se pôde obter o mesmo resultado, pelo menos até ás distancias dos tiros de instrucção.

Distancias	Dispersão 100 %			Dispersão 50 %		
	Altura cm.	Largura cm.	Total cm.	Altura cm.	Largura cm.	Comp. ou alcance cm.
100 m.	10 (9)	10 (8)	20 (17)	4,4 (4)	4,4 (3)	60 (34)
	20 (19)	20 (16)	40 (35)	7,7 (8)	7,7 (6)	52 (29)
200 >	30 (29)	30 (24)	60 (53)	10 (12)	11 (10)	46 (24)
	41 (40)	40 (34)	81 (74)	14 (16)	15 (13)	42 (21)

Os numeros entre parenteses referem-se ao fuzil 95. A tabella acima representa a médio de 5 séries de 20 tiros.

As condições de tiro foram ha pouco sensivelmente alliviadas; vê-se, porém, que, mesmo as antigas, poderiam ser preenchidas com o 95.

Não tenho absoluta certeza, mas creio que na Alemanha, tanto quanto pude verificar pela leitura dos regulamentos de tiro de 16. 11. 99, 2. 11. 905 e 21. 10. 909, as condições de tiro se conservaram as mesmas para os fuzis 98 e 88. Convém por isso comparar as tabelas de precisão de ambos, que abajo copio do «Curso de Tiro», do General Rohne e do R. T. I. alemão.

Distancias	Dispersão 100 %			Dispersão 50 %		
	Altura cm.	Largura cm.	Total cm.	Altura cm.	Largura cm.	Comp. m. ou alcance
100 m.	9 (11)	8 (10)	17 (21)	5 (6)	4 (4)	69 (40)
	21 (25)	18 (20)	39 (45)	9 (12)	7 (8)	54 (34)
200 *	34 (46)	28 (30)	62 (76)	14 (18)	11 (12)	48 (29)
	48 (70)	39 (42)	87 (112)	20 (25)	15 (17)	43 (25)

Os numeros entre parenteses referem-se ao fuzil 88.

Podemos agora confrontar com a dispersão do nosso 95 a do 88 alemão, observando que para este e para o 98 foram estabelecidas as condições de tiro que figuram no nosso R. T. I. Basta fazê-lo, porém, com as dispersões médias:

Distancias	Fuzil 88			Fuzil 95		
	Altura cm.	Largura cm.	Comp. m. ou alcance	Altura cm.	Largura cm.	Comp. m. ou alcance
100 m.	6	4	40	4	3	34
200 *	12	8	34	8	6	29
300 *	18	12	29	12	10	24
400 *	25	17	25	16	13	21

Observemos ainda, que para o preenchimento seguro da 3<sup>a</sup> condição dos exercícios previos da classe especial, uma das mais exigentes (nenhum tiro abaixo de 8 ou 27 pontos; neste caso nenhum tiro abaixo de 6), o valor de  $r_{50}$  (raio do círculo que contém a melhor metade dos impactos de um grupamento) deve ser de 8,33 cm para a primeira parte da condição e de 11,7 cm, para a segunda. Ora, pela formula

$$r_{50} = 0.88 \sqrt{d_a \times d_l},$$

a 150 m o valor de  $r_{50}$  para o fuzil 95 é de 4,5 cm, muito aquém, portanto, dos dous valores acima referidos.

O calculo indica ainda que em 1000 tiros, para o valor 11,7 cm de  $r_{50}$ , se obtém 10,078 pontos, o que dá para va-

lor medio dos impactos 10,1; com tres tiros, tantos são os do exercicio, provavelmente serão obtidos 30 pontos.

A conclusão que se deve tirar é que as condições de tiro do R. T. I. podem ser satisfeitas com o fuzil 95; se houvesse modificação a fazer, seria para tornar mais severas as exigencias com o 908, mas a tal respeito cito as palavras do General Rohne:

«Um atirador bem instruido ha de ter confiança em si e na sua arma, e tanto mais depressa elle adquirirá essa confiança e esta será tanto maior, quanto mais rapido fôr o seu exito no stand de tiro. Por isso, não obstante á maior precisão do fuzil 98, se deve receber com satisfação o allivamento das condições do tiro de instrucção; assim se despertará o entusiasmo dos jovens soldados pelo tiro.» (*Curso de Tiro para Infantaria*, publicação d'«A Defeza Nacional», pgs. 117/118).

\* \* \*

Dentre as duvidas que têm surgido na interpretação das condições dos tiros de instrucção, uma foi ha pouco tempo objecto de discussão em um exercicio de tiro dos alumnos da Escola Tactica e de Tiro da Guarda Nacional e, por isso, aqui a apresento á apreciação dos camaradas. Trata-se da 1<sup>a</sup> condição dos exercícios principaes de 2<sup>a</sup> classe: 5 impactos, 27 pontos, só um tiro abaixo de 5.

Entendiam alguns que a condição só estaria preenchida no caso em que os 5 impactos estivessem dentro das zonas. Creio que é erronea essa opinião, e me parece mesmo que o caso já foi resolvido em aviso. A condição está tão claramente expressa, que a mim não me resta nenhuma dúvida: um dos impactos pôde estar situado fóra das zonas e será, então, o tiro abaixo de 5. No caso contrario a condição seria: 27 pontos, nenhum tiro abaixo de tanto.

\* \* \*

Outro ponto que se tem prestado a duvidas é o numero de tiros permittidos para o preenchimento das condições. Entendem uns que a condição só será preenchida se o atirador dê unicamente tres ou cinco tiros, não mais, e com elles atingir o resultado exigido. Não admitem que o atirador dê 3, 5, 7 etc. tiros, e que delles aproveite os 3 ou 5, *successivos*, que

preenchem a condição. Baseam-se para isso nos art.ºs 61 e 70 do R. T. I., dando-lhes essa interpretação.

Correspondem esses artigos aos n.ºs 62 e 75 do R. T. I. allemão, assim redigidos:

«62. As condições de cada classe de tiro constam de exercícios previos e principaes; os primeiros de 3 tiros, os ultimos de 5.»

«75. Uma condição somente estará preenchida se no mesmo dia forem dados 3 ou 5 tiros, constituindo uma serie interrupta.»

Parece-me que o regulamento apenas exige 3 ou 5 tiros successivos, no mesmo dia, preenchendo a condição; pouco importa que imediatamente antes desses 3 ou 5 o atirador haja disparado outros. Para mim, a 1ª condição dos exercícios principaes da 2ª classe, por exemplo, estará satisfeita com o seguinte resultado:

1—0—+—5—10—6—6.

em que o atirador disparou 7 tiros e obteve com os 5 ultimos 5 impactos, 27 pontos, tendo nesses 5 ultimos só um tiro abaixo de 5.

E' evidente que d'ahi resulta economia de munição, sem sacrificio dos preceitos regulamentares.

1º Tenente Maciel da Costa.

## A doutrina de guerra e o Estado Maior

“A força dos exercitos é mais moral do que material; mas o segredo das victorias está no espirito director da guerra e na obstinação férrea de vencer.”

Procurámos demonstrar, em nossas considerações anteriores, as vantagens decorrentes da autonomia do E. M. E. — condição indispensável ao cabal desempenho de sua missão e mostrámos syntheticamente de que maneira essa independencia deve ser obtida em nosso Exercito, de modo a crear, desenvolver e firmar, entre nossos quadros, a doutrina de guerra que nos convem.

Dissemos que a questão ficaria em parte resolvida desde que se attribuisse tambem ao chefe do E. M. E. a função de com.º supremo das forças, na paz e na guerra.

Retomemos o assumpto, encarando-o, agora sob novos aspectos, de sorte a ficar a questão analysada de modo mais completo.

Ha um principio, em organisação militar, que não deve jamais ser violado: «os commandos, em geral, devem ser na guerra, tanto quanto possivel, os mesmos do tempo de paz».

Este principio é tão evidente que, por si mesmo, se justifica, principalmente quando se trata de pequenas unidades.

Sua importancia, porém, cresce com a dos proprios commandos; de sorte que, cogitando-se do mais elevado d'elles — o commando supremo — sua relevancia torna-se capital.

Ora, qual é, dentre todos os officiaes geraes de um exercito, o que, pesa naturalmente de suas funcções, e conhecimento que tem da tropa em geral, está nas melhores condições de commandar o cunjuncto das forças em operações?

Ninguem vacillará na resposta: é o chefe do E. M. E., ou seu successor imediato.

São estas duas autoridades as que, durante a paz, preparam o Exercito para a guerra, organisando-o, instruindo-o e estabelecendo, enfim, sua doutrina e o plano de guerra. E' claro, consequentemente, que nenhuma outra patente, em melhores condições, poderá desempenhar incumbencia de tanta responsabilidade.

A historia ahi está para mostrar-nos, atravez de uma multiplicidade de exemplos, a pratica constante desse principio, que sempre produzio os melhores resultados, como era, aliás, de esperar.

Essa questão acha-se, portanto, consagrada pelos factos, não só pela analyse pura.

Mas, si a delegação do Presidente da Republica tende a recair no chefe do E. M. E. durante a guerra, como mostrámos, é claro que esta autoridade deve ser, durante a paz, o orgão imediato do mais alto commando constitucional, do mesmo modo que o Ministro o é da Administração da Guerra.

Além das immensas vantagens, caracterisando um systema mais perfeito de preparação para a guerra, tem essa separação de funcções a virtude de consagrar, praticamente, a divisão do trabalho, centralizando, em cada departamento, o conjunto de uma mesma ordem de trabalhos e actividades, radicalmente distintos, posto que harmonicos e convergentes: a administração e a preparação da guerra.

Effectivamente, são de natureza essencialmente distintas as attribuições pertinentes ao Ministerio da Guerra e ao E. M. E.

O primeiro, como se sabe, trata da:

*Aquisição, confecção e distribuição de todos os recursos materiais de que carecem as forças, para viver, marchar e combater, consoante sua organização e a doutrina de guerra instituida.*

O segundo cogita da:

*Regulamentação da maneira mais eficaz como as forças propriamente ditas, como as armas e serviços, devem utilizar-se, exercitando-os na paz de modo a tirar do conjunto seu rendimento máximo na guerra.*

Ora, a mais simples meditação sobre tais atribuições mostra, de um lado, a importância fundamental de cada grupo, e, de outro, a independência orgânica que os deve caracterizar.

Não é possível cuidar-se de uma causa e d'outra, ao mesmo tempo e, portanto, os órgãos directores correspondentes só podem ser autónomos.

Si independência houvesse de existir, esta só poderia ser inversa da que entre nós se mantém: a administração suprema da guerra devia subordinar-se à organização e preparação para a guerra: o M. da G. dependente do E. M. E.

No que concerne, porém, à execução de suas atribuições, o Ministro da Guerra deve ter a máxima liberdade de ação, subordinando-se apenas ao Chefe da Nação, relativamente aos recursos financeiros do País.

No que diz respeito, entretanto, aos planos administrativos, a ação ministerial só pode ser função directa do E. M. E., visto como a este é que compete o estudo técnico dos recursos materiais de que precisam as forças, tendo em vista seu emprego na guerra.

A aquisição e distribuição do material de guerra, em geral, dependem, como é natural, do plano orgânico das forças, que é, como se sabe, atribuição privativa do E. M. E.

Pode-se, portanto, dizer, em synthese: a alta administração da guerra deve enquadrar-se no plano orgânico do E. M. E.

D'ahi a necessidade de agirem ambos os departamentos harmonicamente, posto que independentes.

Dentro, portanto, do plano orgânico, elaborado pelo E. M. E. o M. da G. agirá

tendo em vista, d'um lado, as necessidades mais urgentes desse plano e, de outro, a capacidade financeira da Nação.

\* \* \*

Passemos, agora, a tratar das vantagens consequentes à autonomia do E. M. E., no que se refere às suas relações com a tropa em geral.

Alliando à função preparadora a de comando supremo, o E. M. E. ficará nas melhores condições de poder imprimir à tropa, em geral, a doutrina que tiver instituído como a mais conveniente às nossas condições gerais.

Ponderando que o E. M. E. é o órgão director por excellencia, no que concerne ao espírito da instrução da tropa em geral, de seus quadros e, principalmente, dos estados maiores das grandes e pequenas unidades, observamos que não basta ter-se conseguido a organização da tropa: é preciso ainda incutir no espírito de todos os seus officiaes, sejam órgãos directos de comando, sejam membros de seus estados maiores, os mesmos princípios, as mesmas idéas, a mesma doutrina.

Em outras palavras: o Commando e seu E. M., na tropa, em todas as suas unidades, pequenas ou grandes, permanentes ou a constituir, devem ser o producto directo, o prolongamento do E. M. E.

Só assim o E. M. E. poderá conseguir a chamada disciplina intelectual, assegurando, na guerra, a unidade de ação directora ou de comando em todos os seus elementos.

E' em vão supor-se que por meio de simples directivas, instruções ou ordens, emanadas dos commandos, será possível garantir a unidade de ação no campo de batalha: si todos os commandos e seus órgãos auxiliares não tiverem se penetrado suficientemente do mesmo pensamento, consoante a maneira de se fazer a guerra, dentro de nosso feitio orgânico, obedientes aos nossos regulamentos, o vasto organismo não poderá funcionar com harmonia, dispender esforços para o mesmo fim, marchar para o objectivo commun.

Na dura realidade da guerra esses elementos estão disseminados n'uma vasta extensão territorial, separados pelo espaço e pelo tempo; por melhores e mais perfeitos que sejam os órgãos de comunicação, não lhes será possível a convergência das respectivas actividades, si elles

não tiverem, durante longo tempo, se ilustrado com os mesmos principios, bebidos da mesma fonte.

Este manancial só pode ser o E. M. E., dentre cujas funcções se destacam a formação e preparação dos commandos e E. M. das grandes unidades permanentes ou a organizar, taes como os Exercitos e os Grupos de Exercitos.

Ora, até agora, infelizmente, nosso E. M. E. não pôde absolutamente desempenhar essa tarefa, nem siquer esboçal-a, entre outras razões, devido á sua defeituosa organisação, circumscreto como se acha o raio de sua acção, a esphera de sua actividade.

A unica influencia que lhe cabe actualmente, no que concerne a instrucção e preparação dos quadros é a sua intervenção official nos institutos de ensino militar. Uma vez porém diplomado, o oficial nunca mais recebe seu influxo e o aperfeiçoamento de seus conhecimentos, praticos ou theoricos, através de toda a hierarchia, fica ao sabor de cada um, segundo a orientação que mais acertada lhe pareça.

O E. M. E. tem por dever indeclinável, exercendo sua mais alta atribuição, de presidir o desenvolvimento progressivo dos officiaes, na selecção e formação dos commandos e seus estados maiores.

Si é importante e de sua competencia promover e impulsionar a instrucção das fileiras, com mais forte razão, o é a preparação dos quadros e dos elementos directores da guerra.

O que caracterisou a passagem de Moltke no Exercito Allemão foi justamente a preocupação que o dominava, na qualidade de Chefe do E. M. E., de assegurar a instrucção de seus officiaes, principalmente os de E. M., uniformizando-a de tal modo que a machina, quando foi chamada a agir, o fez como nol-o mostra a historia das campanhas da Dinamarca, Austro-Allemã e Franco-Allemã.

Commando supremo, que o fôra, nessas campanhas, na qualidade de Chefe do E. M. E., suas ordens eram laconicas e simples — o primeiro impulso, apenas, da alavanca directora: e o organismo punha-se em franca actividade, com a maxima iniciativa, dentro, já se vê, da idéa dominante, uniforme, de todos os commandos e orgãos immediatos, na consecução do mesmo fim. E era assim que as grandes massas se moviam, através do espaço e

do tempo, tendo em vista a batalha. E era assim tambem que estas se succediam na preparação do anniquillamento completo do inimigo.

O grande estrategista allemão comprehendêra claramente a necessidade moderna de diffundir, entre todos os officiaes, a doutrina de guerra, certo de que os tempos em que a direcção da guerra se centralisava n'um só general — o comando supremo — tinham passado já.

O commando em chefe não podendo estar, ao mesmo tempo, em toda a parte e pensar simultaneamente sobre milhares de assumptos diversos, tem necessidade de dividir a vasta tarefa directora entre seus orgãos auxiliares mediatos e immediatos.

Apezar dessa repartição de funcções, a guerra precisa de ser conduzida em obediencia ás mesmas idéas, na consecução dos mesmos objectivos, por todos os orgãos ou elementos que a dirigem por delegação do chefe.

Ora, essa convergência de esforços só poderá ser obtida quando entre todos os espiritos reinar uma grande harmonia intellectual.

E é justamente a *criação e desenvolvimento desta harmonia, dessa disciplina intellectual — que compete ao E. M. E.* Esse é o seu dever.

Podemos, porém, assegurar, com a mais absoluta convicção, que o feitio organico actual de nosso E. M. E. não permitirá jamais a consecução desse objectivo: falta-lhe a necessaria autoridade para isso.

Para o desempenho dessa magna tarefa elle precisa possuir ingerencia directa sobre os commandos e sobre os estados maiores das grandes e pequenas unidades, no que concerne a sua constituição, preparação e desenvolvimento.

Elle deve, pois, poder presidir, sem embaraço algum, á rotação, entre a tropa e os pequenos orgãos de commando, entre estes e os mais elevados, inclusive o E. M. E., dos officiaes em condições de se aperfeiçoarem nos varios e complexos mistéries relativos ao serviço de estado maior, em geral, tendo em vista principalmente a constituição dos multiplos serviços de vante e de retaguarda, nas grandes unidades creadas pela ordem de batalha, nos momentos da mobilisaçao.

Esses grandes quartéis generaes não se improvisam da noite para o dia e suas responsabilidades são de tal ordem que

descurar de seu preparo prévio importa n'um crime de lesa Patria, podendo acarretar os mais graves prejuizos á marcha das operações, aos resultados da guerra.

Um grande general já disse algures: «é muito mais perigosa a acção de um bom exercito dirigido por máos estados maiores do que a de um exercito deficiente mas manobrado com pericia pelos seus orgãos directores».

Ahi ficam pálidamente esboçadas as razões pelas quaes nos batemos com tanto ardor pela autonomia do E. M. E., convictos de que, antes de mais nada, elle carece d'ella para poder entrar livremente no exercicio de suas elevadas e complexas funcções.

Na situação em que se acha, continuará a mourejar de modo absolutamente inefficaz, n'uma grande parte de suas atribuições mais importantes, a ninguem sendo dado, entretanto, o direito de responsabilisal-o pela sua infertilidade correspondente. Para isso fôra mister que se o integrasse no pleno exercicio de sua acção privativa.

Ao finalisarmos estas mal alinhavadas considerações — producto, todavia, de muitas observações — fazemos um appello patriotico aos poderes competentes do Paiz no sentido de promover-se, quanto antes, a revisão dos moldes orgânicos do Ministerio da Guerra, destacando d'elle, com a independencia de que tanto carece, o E. M. E., afim de que este orgão possa cumprir seus deveres de honra, perante o Exercito e perante a Patria, em toda a sua integridade.

Rio, 15.—10.—1918.

1º Tte. de Art. *Sylvio Scheleter.*

## Instrucção de Combate

(Notas do Curso de Aperfeiçoamento)

(Continuação)

II

### FORMAS DE COMBATE

#### 1 — Revista e divisão da companhia

Todas as vezes que a companhia formar para os exercícios, a instrucção de campanha, os tiros de combate, ou para praticar qualquer uma das suas forças de actividade na guerra, precisa antes de tudo ser revistada e dividida.

A revista abrange o uniforme e principalmente o estado do armamento e da munição. O cano do fuzil não deve conter corpos estranhos, nem

resíduos do material de limpeza; para a revista deve-se retirar o sobre-mira.

A divisão da companhia deve ser feita de modo tal que se constituam esquadras de 4 filas. Si sobrarem homens, os apreciadores de distancia serão collocados á retaguarda da 2.ª fileira, a 80 cm. de distancia desta, alinhados pelo 1.º sargento.

Com as esquadras se formam tres pelotões. Si o numero de esquadras não fôr divisível por tres, um dos pelotões será mais forte, ou mais fraco, que os outros, de uma esquadra. Si os pelotões possuirem 4 ou mais esquadras serão divididos em secções.

Nos exercícios de tempo de paz, para permitir a divisão em secções, pôde-se aumentar o numero de filas, formando filas quebradas.

Os pelotões serão numerados dentro da companhia, as secções, as esquadras e as filas dentro dos pelotões.

Para cada esquadra será designado um cabo ou um anspeçada como commandante. Para cada pelotão será designado um corneteiro (ou um tambor) e dous apreciadores de distancia. Um dos corneteiros durante o combate ficará junto ao commandante da companhia. Os apreciadores de distancia não serão arbitrariamente escolhidos, mas serão aquelles que neste ramo da instrucção tiverem revelado maior aptidão e possuirem o sentimento das distâncias mais desenvolvido.

Além do que se acaba de dizer, convém designar previamente uma *ponta* para a companhia (1 a 2 esquadras com um apreciador de distâncias e um corneteiro e varios homens de ligação) e *uma ou duas patrulhas*, cujos commandantes devem ser indicados. (Sargentos, cabos ou homens especialmente habeis e sempre que fôr possível munidos de binóculo de campanha).

Os homens (2 até 3) das patrulhas devem ser escolhidos simplesmente dentre os mais capazes para o desempenho da missão, e não devem ser simplesmente os homens da fila da direita ou da esquerda do pelotão.

#### 2. Desdobramento e desenvolvimento

Ao alcançar o terreno do combate, o commandante da companhia, precedendo, a cavallo a sua unidade, informar-se-á sobre a situação e o terreno e secolherá o caminho mais adequado.

A escolha da formaçao a adoptar dependerá do terreno e do modo provável como a companhia será empregada em combate. Por isso que a *columna de esquadras ou de estrada* é que melhor se amolda aos abrigos do terreno, a menos vulnerável ao fogo da artilharia (quer dirigido contra ella ou apenas podendo atingil-a pelo efecto da dispersão dos projectis), a que melhor permite as rápidas mudanças de direcção

de marcha, e facil e rapido desenvolvimento para qualquer lado, e a que se conserva sempre com segurança nas mãos do commandante da companhia, recommenda-se conservar a companhia nessa formação tanto tempo quanto fôr possivel, até o desenvolvimento em atiradores.

Só em casos em que se deva esperar um rapido e simultaneo desenvolvimento de varios pelotões é que se preferirá a *linha de columnas de esquadras* e com intervallos aumentados, que favorecem esta especie de desenvolvimento.

A columna de pelotões convem para as posições de espera quando forem abrigadas, mas se o abrigo fôr mais largo do que profundo, neste caso será preferivel a *linha*.

Si do lado ameaçado pelo inimigo, não houver fracções de segurança de infantaria, destacadas por outras tropas, a companhia terá de se guardar por sua conta.

O efectivo da sua *segurança* dependerá do terreno e do valor da ameaça. Frequentemente bastará uma patrulha, a qual será de efectivo mais forte, si o inimigo estiver mais proximo ou se o terreno não possuir bom campo de vista, mas, que em geral revestirá o caracter de uma fraca linha de atiradores.

Tal desenvolvimento parcimonioso de atiradores, que só attingirá uma esquadra e no maximo uma secção, deve ser empregado em todos os casos nos quaes a situação não estiver sufficientemente esclarecida, ou em que se tenha de transpôr ainda grandes extensões até attingir a primeira posição de fogo. O commandante da companhia evitará assim as mudanças de frente com densas linhas de atiradores, que são difficéis dentro da zona dos fogos inimigos, e as grandes perdas de que elles são acompanhadas, ao mesmo tempo que poderá conservar uma forte reserva para poder sempre intervir no desenvolvimento do combate.

Por outro lado, «não ha erro mais grave do que iniciar um combate com forças insuficientes para depois ir reforçando-as, pouco a pouco» (R. E. I. 314).

A' vista disso o commandante da companhia deve, no ataque, «quando se pôde attingir a posição de abertura do fogo a coberto ou com uma pequena carreira, desenvolver, desde o começo, *linhas de atiradores densas*» (R. E. I. 498), cujo efectivo, conforme as circumstancias, attingirá um a dois pelotões e em casos especiaes será de tres pelotões.

Embora a execução do ataque em terrenos planos sem o menor abrigo deva ser evitada, sempre que fôr possivel, existem casos em que cabe a uma companhia a missão de atacar através de zonas inteiramente descobertas. Nestes casos se recommenda que a companhia avance

até a primeira posição de fogo em linhas de atiradores, muito tenues e descontinuas constituidas na maioria dos casos por esquadras, raras vezes por secções, com grandes intervallos entre os homens e ainda maiores entre as esquadras e secções. Avançando deste modo a companhia apresenta ao inimigo objectivos difficéis de serem batidos e que para serem aniquilados, reclamam um grande dispêndio de munição.

Chegando, a essa primeira posição, a companhia espera os reforços, que avançarão tambem em linha de atiradores da mesma forma acima descripta, e iniciará o fogo.

Estando no interesse da bôa direcção do combate que a cada companhia seja de antemão designado um determinado sector e que dentro deste ella conduza a lucta sem se misturar com outras tropas, a primeira preocupação do commandante da companhia deve ser antes de tudo affirmar a posse da sua frente de combate. Se esta, por ex., fôr de 100 m o commandante da companhia ao ordenar que estenda a primeira fracção (pelotão, secção) determinará um intervallo entre os atiradores de modo que essa fracção desenvolvida occupe, em toda a sua largura, a frente de combate determinada.

A' vista disso um pelotão, com sessenta e quatro fuzis, precisará de intervallos normaes (2 passos) e uma secção de intervallos duplos (4 passos). Si no inicio do desenvolvimento da companhia forem apenas duas esquadras, as quaes não só devem constituir linhas de atiradores tenues como tambem descontinuas é mais conveniente que uma se desenvolva na extremidade dereita, e outra na extremidade esquerda, da frente de combate determinada pela companhia. Inutil e prejudicial para o commando será determinar um intervallo entre os atiradores superior a oito passos.

No caso de desenvolvimento *simultaneo* de mais de duas secções, dever-se-á adoptar intervallos menores que os normaes, mas como as linhas densas de atiradores soffrem maiores perdas deve-se evitar no primeiro desenvolvimento empregar grandes effectivos.

O intervallo normal do desenvolvimento em atiradores é de dois passos. Se elle tiver de ser menor (caso da linha densa) ou maior (caso da linha tenue) será preciso determinal-o. Entre as esquadras, pelotões e companhias, não se deve conservar intervallos, salvo quando fôr ordenado.

(Continúa)

Capitão Souza Reis.

O grupo mantenedor resolveu em sua ultima sessão a abertura de um „**livro de ouro**” para seus assignantes, representantes e mais colaboradores benemeritos e de um „**livro negro**” para os assignantes e representantes que tenham dado prejuízo á revista.

## O assalto da primeira linha

Um dos melhores serviços prestados pelo R. E. I. (n.º 5) foi sem duvida alguma o das modificações dos arts. 83 e 160 que tratam do assalto da infantaria em ordem unida. O 376, (378 do actual) que trata do assalto da linha de atiradores não sofreu alterações de importancia, foi apenas completado.

Mesmo assim temos observado as mais variadas interpretações para sua execução, principalmente a tendencia accentuada de empregar os principios do assalto da ordem unida para a execução do da linha de atiradores. Para este o regulamento, com muito criterio, não dá commandos de execução nem determina o passo, porque, dependendo elle de tão variados factores, qualquer que fosse a prescripção neste sentido, sempre importaria num caso particular. Como o regulamento só trata de principios geraes o seu n.º 378 só indica os meios que se podem applicar qualquer que seja a situação.

Sobre o assalto para a ordem unida os art. 83 e 160 não deixam margem a outra interpretação que não seja a dos seus caros textos.

Voltemos ao assalto da primeira linha que é o unico objectivo deste.

Dada a importancia do assalto, apesar dos effeitos mortiferos das armas modernas o nosso regulamento taxativamente diz no seu numero 374 que: «o assalto á bayoneta confirma a victoria», principio este que está sendo empregado em larga escala na grande guerra européa cujos ensinamentos no momento actual ainda estão longe de terem sido apprehendidos e só se encarregam de demonstrar que o assalto apesar dos phantasticos progressos do armamento, sempre ha de existir, porque «o elemento homem e seu aspecto moral pezam como factores decisivos neste momento critico».

No nosso regulamento, pôde-se observar a influencia exercida pelo factor homem, pois nos brilhantes artigos em que trata do assalto, nota-se o desejo de inspirar ao soldado o frio desprendimento necessario em tão criticas circumstâncias afim de obter o fructo dos cruentos sacrificios que precedem o momento da decisão do combate.

Quando a tropa começa a experimentar os effeitos deprimentes do combate cau-

sado pelas perdas e que se approxima cada vez mais do adversario, os seus homens precisam mais do que nunca da ajuda efficaz dos quadros.

«Nesta circunstancia de combate em que o homem, agitado, temeroso e nervoso não pode manter a sua arma immovel e atira com precipitação desordenada, os quadros devem impulsivar constantemente o soldado para a frente; e quando debaixo do imperio do medo seu rosto empallidece, seus olhos ficam nublados, suas pupilas se dilatam, os musculos agitados e desordenados, não obedecem bem, os movimentos paralysam-se ou se tornam bruscos e irresistiveis, todo o corpo treme, a garganta se contrahe, a voz se torna rouca, a respiração anhelante, o coração bate precipitadamente, a bocca fica secca, a pelle se enruga, enfim a barriga e os intestinos se contrahem, a intelligencia torna-se obscura e a associação de idéas não se faz (Tte. Bally), é quando os officiaes, sargentos e cabos devem subtrair-se aos effeitos deprimentes e desmoralisadores do combate, contrariando e evitando energeticamente esses *panicos*, absurdos, porem não impossiveis, debaixo de cuja impressão, a tropa não obedece senão a seus instintos, despresando a vontade e a razão.» (Cap. Villamil).

«O assalto sobrevem ao ultimo esforço do avanço á curta distancia do inimigo. Elle surgirá como consequencia dos accidentes do terreno, ao enfraquecer as energias physicas das proprias tropas, do estado de defesa e da diferença do estado moral entre ambos os adversarios (Com. P. Ortiz). Em regra elle começa a 80 m quando o adversario resiste, porem se o adversario demonstra que está abalado (tiro sem efficacia, enfraquecimento do fogo, recuos parciaes) começa-se o assalto a 150 metros ou ainda mais longe.

Um dos factores mais importantes da preparação do assalto é o ponto da irrupção, isto é, a parte da posição inimiga para onde convergem as forças de assalto; elle deve ser indicado antes das tropas se lançarem ao assalto, e se isso não fôr possivel por causa do ruido dos tiros, indica-se-o por signaes durante o proprio assalto.

Em geral acha-se na parte da posição inimiga situada em frente do centro da companhia, ou em frente a um dos pelotões dos das alas. Para sua escolha leva-se em conta: 1.º o objectivo de combate, (si

por ex.: se quer atacar a ala direita do inimigo, envolvendo-a, o ponto de irrupção é a ala esquerda); 2.º os pontos mais fracamente guarnecidos pelo inimigo; 3.º os pontos da posição em que a nossa artilharia concentrou seus fogos; 4.º os pontos salientes das localidades ou bosques; 5.º as pontes, etc.»

Em seguida vem o armar bayoneta, acto este que não deve occasionar interrupção completa do fogo; os atiradores se alternam para executá-lo elevando ao maximo a intensidade do fogo. Os commandantes de esquadras tomam parte no togo. Passa-se em seguida ao assalto. Em geral a ordem ou toque de armar baioneta; é dada pelo commando superior; neste caso não é preciso esperar a approximação das reservas. Os apoios se intercallam na linha por iniciativa propria e as demais fracções se approximam pelo caminho mais curto sem preocupação de perdas, o mais depressa possível.

«Neste momento já não é possivel nova divisão de esquadras, o official não comanda mais o seu pelotão propriamente dito, senão um grupo de homens mais ou menos numeroso constituído por elementos heterogeneos, procedentes de companhias de reforço de seu batalhão ou de outro proximo, homens que vêm soffrendo mais ou menos desde o principio da acção e que se encontram em estado de excitação ou abatimento, impossivel de descrever, propensos, pela menor cousa, a lançarem-se sobre o inimigo ou voltar-lhe as costas.»

O official deve levar em consideração o estado physico e moral dos homens para dar o ponto de irrupção, a ordem para armar bayoneta, aumentar o maximo da intensidade do fogo, determinar o passo e a formação a tomar, preparal-os contra as impressões dos contra-ataques e, sobretudo marcar o momento preciso de lançar-se ao encontro do inimigo, o que quasi nunca dependerá do commando, principalmente quando o inimigo vacilla ou retrocede.

«Não basta depois do *cessar-fogo* o toque de *carga*, para que os homens avancem. O regulamento nada preceitúa a respeito; seria inutil. **E' uma questão de moral, de circumstancia e de iniciativa.**

«Iniciado o ataque, não se deve, de maneira alguma, parar, ainda mesmo que o

inimigo augmente novamente o fogo, ou para esperar as tropas que se acham mais atrazadas.» A energia do choque soffreria com isto e poderia comprometter o seu exito. «O posto de salvação está unicamente na posição inimiga; parar ou recuar significaria o proprio extermínio.» Se algumas fracções visinhas recuam durante o assalto, deve-se apezar disso continual-o, as fracções que vêm mais á retaguarda encarregar-se-ão de leval-as novamente para a frente. «Para o completo exito é preciso chocar, passar atravez da posição inimiga; nas localidades, em bósques de pouca profundidade se attingirá a orla opposta, installando-se ahi, e durante esse percurso continuar com a maxima energia o assalto para não deixar o inimigo fazer frente no interior, abrindo para isso conseguir, caminhos fora das estradas atravez de jardins e propriedades; se elle evaca uma altura devem as tropas de assalto occupal-a o mais rapidamente possível.» Tanto no primeiro como no segundo caso abre-se sobre o inimigo o mais intenso fogo de perseguição que a principio é sem direcção, feito por iniciativa dos atiradores mais avançados e mais tarde sob a direcção dos chefes que ahi forem chegando.

Caso o inimigo resista na sua posição, então é preciso esmagal-o na luta corpo a corpo, á baioneta; os inimigos que se entregarem, são considerados prisioneiros; «retirem-se-lhes as armas».

Durante a execução do assalto os quadros estão sempre á frente dos homens que ahi se acharem dando-lhes assim um exemplo brilhante de coragem. Ao penetrar na posição inimiga é preciso por parte dos quadros muita reflexão, pois neste momento é quando se exige mais iniciativa; agem por conta propria e não devem esquecer jamais o amor á responsabilidade.

«Si durante o assalto o inimigo pronuncia um contra-ataque, repellindo o assalto, os quadros devem impedir energicamente que a retirada se transforme em fuga desordenada, procurando fazer frente novamente na proxima cobertura, reabrindo o fogo apoiado pelas metralhadoras, dando assim tempo para que os reforços que vêm da retaguarda os ajudem para um novo ataque.»

*Bibliographia:* Capitão Villamil, Tte. Bally, Comtes P. Ortiz e Quiróz.

## EXERCICIOS A' NOITE

De um livro de Immanuel. Traducção do capitão A. A. Villanova.

### GENERALIDADES

#### I.

#### FUNDAMENTOS DA INSTRUÇÃO

(Continuação)

Mesmo um unico lampejo imprudente basta para trahir ao inimigo a approximação ou posição de tropas, portanto para atrahir sua atenção, a luz de seus holophotes e talvez mesmo o fogo de sua artilharia. Por isso é necessário grande cuidado a tal respeito; geralmente não se poderão fazer signaes luminosos na linha da frente e só excepcionalmente nos escalões da retaguarda.

A ligação telephonica entre os estados maiores das unidades pode ser de muita utilidade, caso as longas pausas tenham permittido o seu estabelecimento. Em todo caso é necessário, nos grandes exercícios, exercitar as secções de telefonistas na construcção das linhas á noite. Os chefes são obrigados a se manterem nos lugares que tiverem tomado e de só mudarem de logar em caso de premente necessidade.

Comunica-se á tropa onde se acha este logar: para elle convergem todas as informações e delle partem todas as ordens. Si, pois, esse logar, cuja melhor situação é sem duvida junto ou á retaguarda da tropa base, é mudado sem necessidade, surge o perigo da perturbação, atraço ou mesmo completa paralysação do curso das ordens e informações.

A transmissão de ordens por meio de cavaleiros só será possível longe do inimigo e fóra do alcance da sua vista e dos seus ouvidos.

O barulho das patas dos cavallos sobre o chão duro é perceptível ao longe nas noites tranquilas. Muitos cavallos têm o costume de resfolegar ou de rinchar á noite, principalmente quando têm de andar em terreno inseguro. Isto, porém, pôde trahir toda a tropa, além disso os cavallos são mais facilmente descobertos com a luz dos holophotes porque não se podem abrigar. Díssso conclue-se que cavaleiros e mesmo cavallos de mão não devem andar á noite na zona dominada pelo ouvido do inimigo ou pela luz dos seus holophotes. Longe do inimigo, por exemplo, no serviço de postos avançados, cavaleiros e cyclistas — estes por bons saminhos — serão naturalmente os meios de transmissão.

O meio mais seguro de transmittir ordens ou informações na linha da frente á noite consiste no emprego de ordenanças de combate a pé. No batalhão pode por exemplo, ser útil ficarem 8 a 10 praças dextras, velozes, de espirito activo (graduados) á immediata disposição do commandante. Será conveniente encarregar um sargento disponivel, da superintendencia destas praças. Taes praças — si possível desequipadas, com a arma a tiracollo — transmitem ás companhias as ordens verbais do commandante do batalhão, trazem informações destas, estabelecem emfim a ligação entre o commando do batalhão e as companhias e devem sempre saber onde estão estas. Como se trata

aqui de transmissão verbal, é necessário que só se escolham praças de confiança, que devem ser especialmente instruidas para tal fim.

Toda vez que se tiver de enviar um desses agentes é preciso fazel-o repetir a ordem ou informação que vae transmittir. No interesse da transmissão exacta é absolutamente necessário que seja dado o tempo preciso para essa repetição, sem que o superior com isso perca a paciencia ou fique nervoso.

Um outro processo de transmittir á noite ordens, informações, etc., na zona de combate, consiste na repetição através de cadeias de ligação ou de commandante a commandante de esquadra, finalmente de homem para homem. Este modo de transmissão tem a desvantagem de provocar desassocoego, de gastar muito tempo e de faltar-lhe a garantia de uma transmissão exacta. Erros e malentendidos surgirão facilmente. Sómente transmissões bem simples e breves — por exemplo, «alto», «deitar», etc., — poderão ter lugar sem attritos por esse processo.

9. A noção de um exercicio á noite relativamente ao grau da escuridão é muito variavel. Em pleno verão e com céo claro só pelas 22 horas escurece e pelas 3 horas torna a clarear, ao passo que no tempo do solstício de verão e com luar, geralmente só se nota uma semi-escuridão bastante transparente, que muitas vezes permite reconhecer os contornos dos grandes alvos a 300—400 m. ou mais, a qualquer hora da noite. Em terreno plano, no qual as columnas se destacam distintamente acima do horizonte, é muitas vezes em taes noites compensador o fogo de infantaria ou metralhadoras a 600—800 m. Ao contrario, quando o céo está carregado de nuvens ha noites profundamente escuras em todas as estações do anno, nas quaes «não se vê um palmo adiante do nariz». No inverno um exercicio á noite pode começar ás 16 ou 17 horas, de modo que não são necessarias restrições especiaes em relação ao descanso nocturno da tropa.

Nas visinhanças das grandes cidades o clarão proveniente da illuminação torna a cõr do céo tão clara á noite, que a escuridão é consideravelmente diminuida, sendo que principalmente a orientação é grandemente facilitada pela claridade do fundo. Em todo caso ao planejar-se um exercicio á noite deve-se levar em conta a estação do anno, o luar e as considerações locaes.

Nos grandes exercícios, onde se trata de uma approximação nocturna até á posição de assalto e de entrincheirar nella o pessoal, tem-se visto bastantes vezes o atacante, que perdeu seu tempo com toda sorte de preparativos e disposições, ser surprehendido pelo crepusculo matutino e até pelo clarear do dia antes de ter conseguido alcançar seu objectivo. Assim, pois, é necessário economizar cuidadosamente o tempo.

10. O fardamento e o equipamento nos exercícios nocturnos devem corresponder ás condições especiaes em que se vae trabalhar.

Si se vae fazer o exercicio com um só partido — o que naturalmente só pode referir-se aos primeiros, aos exercícios preliminares do anno de instrucao e a casos excepionaes — bastará o gorro para cobrir a cabeça. O capacete polido não tem logar nos exercícios nocturnos, pois trata-se de evitar severamente tudo que possa reluzir.

Dois partidos, que se exercitam um contra o outro, usam, de acordo com o regulamento de manobras, distintivos que não são reconhecíveis na escuridão.

O R. E. I. 378 propõe o emprego dos distintivos claros, como tiras brancas em torno do braço. Na guerra utilizar-se-á este processo afim de evitar erros funestos. Deve-se notar que nas guerras futuras todos os exercitos apresentar-se-ão com fardamentos os menos visíveis que fôr possível. A tropa já deve ser habituada com isso nos exercícios do tempo de paz, nas medidas do possível. Para não despertar a atenção do inimigo, principalmente á luz dos holófotes, revestem-se as partes metalicas dos tambores e as cornetas com pano ou couxa semelhante.

Quanto ao uniforme de assalto, o R. E. I. contém disposições detalhadas. Para evitar que a marmita possa causar ruído, enche-se-a de palha. O instrumento de sapa deve ser preso ao sabre-bayoneta por meio de uma correia ou cordão e tão fortemente que nem o andar produza ruído. Fazem parte do apparelhamento especial para exercícios nocturnos: lampadas electricas, lanternas a vela com dispositivo de interceptar a luz, faixas brancas para as mangas, fitas brancas em carreteis para assignalar os caminhos de acesso e a linha a attingir, bussolas com agulha luminosa. Todos estes artigos devem ser mantidos em bom estado, devem ser bem guardados depois de cada exercicio e devem ser reparados ou substituídos á medida que fôr necessário. É preciso especialmente providenciar para que as baterias supplementares de reserva das lampadas electricas que fôrem necessarias estejam a mão e que esteja alguém presente que saiba substituirlas. Para as lanternas communs á vela, é preciso ter á mão velas de reserva e avio de fogo, capaz de ser utilizado mesmo com vento. A fita branca deve poder ser desenrolada e enrolada comodamente, deve ser forte e sufficientemente larga e para o uso de uma companhia deve ter no minimo de 200 a 300 m de comprimento. Empregam-se com vantagem aventais brancos, que os commandantes de pelotões e de esquadras prendem nas costas afim de que o guia do pelotão ou da esquadra, mesmo na escuridão profunda, possa ver o seu chefe pelo menos a 1-2 passos e seguir-o. Si a tropa vai ser exercitada em entrincheirar-se á noite, é preciso que disponha do numero regulamentar de instrumentos de sapa. Si se trata da destruição de rôdes de arame, deve-se ter a mão algumas thesouras corta-fios.

Sacos para areia (que são cheios na occasião) fazem parte do apparelhamento da tropa desde que os trabalhos de sapa não possam ter logar. Neste caso o sacco de areia substitue a trincheira ou serve para apoiar e para dispôr a arma em uma direcção determinada.

(Continua).

## PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

Recebemos e agradecemos:

*A Semana Militar*, Rio Claro. Outubro 1918.  
A 43, S. Paulo. Outubro 1918.

*Memorial del Estado Mayor de Columbia*, Junho 1918.

*Revista dos Militares*, Porto Alegre. Setembro.

*Memorial de Infantaria*, Madrid. Agosto.  
*Boletin del Ministerio de Guerra y Marina*, Lima. Agosto.

*Revista do Centro Militar y Naval*, Montevideu. Agosto.

*Memorial del Exerjito de Chile*, Outubro 1918.

*Manual de Infantaria*, Tenente J. Gusmão Castello Branco, Ceará.

*Manual de Infantaria*, Tenente França, 42º B. Caç. Maceió.

Rapido estudo sobre a Geognosia do E. de S. Catharina, pelo major V. Rosa.

Relatorio da Associação Bahiana de Escoteiros.

## EXPEDIENTE

### Estevão Leitão de Carvalho

Por haver sido nomeado addido militar do Brazil no Chile, para onde embarcou a 5. 11. foi alvo de uma excepcional demonstração de apreço por parte de seus camaradas do grupo mantenedor desta revista, que lhe offereceram modesta lembrança, o nosso prezado companheiro e collaborador veterano 1º tenente Estevão Leitão de Carvalho. Além da prova de particular estima e dos protestos de franco aplauso aos seus esforços em prol do Exercito, produzidos quer nas paginas desta revista, quer como oficial de tropa ou de gabinete, ficou unanimemente resolvido pelo grupo mantenedor conservar no mesmo lugar nesta revista o nome do nosso distinto camarada.

Embora largamente merecida esta distinção, não será mera formalidade: o 1º tenente Leitão de Carvalho, distante da Patria, num meio militar adiantadíssimo, rico de impressões fortes e fecundas para o seu espirito eminentemente sensível e receptivo, muito terá que produzir de util para o nosso Exercito e de interessante para os leitores da sua estremecida «A Defeza Nacional».

Vem a propósito reeditar a nota do n.º 15, de 10. 12. 1914, em que noticiamos a saída do nosso camarada da redacção: «A ideia da fundação de um orgão como este, si desde algum tempo despontará entre diversos camaradas — impressionados pela gravidade da desorganização militar do paiz e desejosos de contribuirem para uma sã orientação — teve no nosso esforçado camarada o seu incorporador; foi elle quem soube apanhar um momento opportuno e congregar elementos para tornal-a uma realidade».

Klinger.

♦  
A perturbação geral causada pela epidemia não nos permitiu darmos com este numero nem um dos annexos.

♦  
Aviso aos que ainda não adeantaram o pagamento do semestre corrente: a Revista recentemente mudou de capa...

# MANUAL DO ARTILHEIRO

(*De uma circular*)

Provavelmente chegou ao seu conhecimento que em fins do anno passado os capitães Appolonio F. Rodrigues, Pfeil e Klinger propuzeram-se oficialmente a organizar um *Manual do artilheiro*, a ser editado na Imprensa Militar.

A separação daquelles tres camaradas por guarnições differentes, occorrida logo após, e outras circumstancias retardaram a execução do projecto e deram logar a que ficasse prompta primeiramente a parte relativa só á artilharia, destinada a constituir o 2º volume, que resloveram publicar com mais demora. E é para isso que solicitamos o seu apoio. Acontece que a Imprensa Militar está sobre carregada e ha diversos regulamentos exgotados, á espera de reedição. Assim, ainda com o intuito de abreviar a distribuição resolvemos fazer a impressão em outra officina, e o conseguimos em condições vantajosas.

Graças ás facilidades que obtivemos poderemos vender o exemplar a 2\$000 rs. (dois mil réis).

Solicitamos o auxilio de todos os camaradas de arma, não só individualmente mas tambem, e principalmente, por intermedio das Bibliothecas, das quaes esperamos façam um stock para facilitar a acquisição pelas praças.

O preço referido foi calculado de modo a não nos deixar margem para nenhum abatimento, nem do porte.

Como o trabalho ficará prompto até fim de Novembro teríamos muita satisfação e muito agradeceríamos se recebessemos desde já encommendas, com o respectivo pagamento adiantado.

O assumpto do volume é: Nomenclatura summaria do material de artilharia.—idem da munição, seu funcionamentos e emprego.—Resumo do R. E. A.—Idem do R. T. A. e Compl.—Idem das I. E. S. A.—Nomenclatura do arreiamento de tracção; detailes sobre atrellar.—Reparações de urgencia no material e no arreiamento.

Esperando uma resposta sem tardar, muito agradece

PELOS AUTORES

*Capitão Klinger.*

“A Defeza Nacional” aceita encommendas.

Pagamento adiantado. Inclusive porte.

# Representantes da "A Defesa Nacional"

«O grupo mantenedor da *A Defesa Nacional* reconhece em seus representantes junto aos corpos de tropa, repartições e estabelecimentos militares, merito equivalente ao de seus colaboradores litterarios e o caracter de verdadeiros propagandistas da causa deste orgão, synthetisada em seu titulo.» (Art. 1 da Circular n. 6, de 24-5-915.)

## No Rio de Janeiro

M. G. — 1.º Ten. E. Leitão de Carvalho.  
E. M. do Ex. — Cap. Arnaldo D. Vieira.  
D. A. — Coronel Príncipe.  
3.º D. — 2.º Ten. Columbano Pereira.  
2.º D. — 1.º Tenente Euclides Figueiredo.  
Br. Pol. — Cap. M. Castro Ayres.  
1.º R. I. — 2.º Ten. Maciel da Costa.  
2.º R. I. — 1.º Ten. Octaviano Gonçalves.  
3.º R. I. — Cap. Dr. Alves Cerqueira.  
52.º Caç. — 1.º Ten. Mario A. do Nascimento.  
55.º Caç. — 2.º Ten. Telmo A. Borba.  
56.º Caç. — 1.º Ten. Carlos S. do Lago.  
58.º Caç. — Ten. Roberto D. Santiago.  
1.º Cia. Metr. — Cap. A. Alencastrê.  
5.º Cia. Metr. — Ten. O. Verney Campello.  
1.º R. C. — 1.º Ten. Raymundo Sampaio.  
13.º R. C. — 2.º Ten. Simas Enéas.  
3.º C. Trem — Tenente Manoel A. C. Batalha.

1.º R. A. — 1.º Ten. Manoel de B. Lins.  
6º R. A. — 1º Ten. E. Seroa da Motta.  
3.º G. Ob. — Cap. Mascarenhas de Moraes.  
20.º G. A. M. — Major Pompeu Loureiro.  
Fort. S. Cruz — 2.º Ten. Octavio Cardoso.  
Fort. S. João — 1.º Ten. J. F. Monteiro Lima.  
Copacabana — 2.º Ten. Waldemar de Aquino.  
1.º Bat. Eng. — Major Xavier Moreira.  
E. M. — Realengo. 2.º Ten. J. Faustino da Silva Filho. — Alumno J. Bina Machado.  
Fabr. Realengo. — Cap. Freire de Vasconcellos.  
D. M. Bellico — Cap. Luiz M. de Andrade.  
Petropolis — 2º Ten. Brocardo Bicudo.  
Arsenal — Ten. A. Nunes de Souza F.º.  
Direct. de Eng. — Cap. José Ribeiro Gomes.  
Curso Aperf. Inf. — 1.º Ten. Newton Cavalcanti.  
3º B.t. Pol. Meyer — 1º Ten. Saint Clair de Freitas.

## Fóra do Rio de Janeiro

6.º C. Metr. — Rio Claro. Cap. J. A. Guimarães.  
41.º Caç. — 2.º Ten. Eloy da Camara Catão.  
43.º Caç. — 2.º Ten. Mario Travassos.  
45.º B. Caç. — Manáos, 1º Tte. J. Vidal Pessoa.  
46.º Caç. — Fortaleza, 1º Ten. Roberto M. Malheiros.  
47.º Caç. — Belem, 2.º Ten. J. de Oliveira Pimentel.  
50.º Caç. — Victoria, Major Diogenes Tourinho.  
51.º Caç. — S. João del Rey, Ten. Paulo Figueiredo.  
53.º Caç. — Lorena, Ten. Orlando Pimentel.  
57.º Caç. — Juiz de Fóra, Ten. J. Americo de Gouveia.  
59.º Caç. — B. Horizonte, Ten. Lima e Silva.  
6º R. I. — Caçapava, Ten. Amilcar Salgado.  
7º R. I. — Sta. Maria, Ten. Olympio dos Santos Rosa.  
8º R. I. — Ten. Jocelyn C. F. de Souza.  
9º R. I. — Rio Grande, 1º Tte Manoel Jacintho de Almeida.  
27.º B. I. — Pelotas, Tte. Omar Azambuja.  
10.º R. I. — 2.º Ten. Alcebiades A. de Almeida.  
30.º B. I. — S. Leopoldo, 1º Tte L. O. Barreto de Almeida.  
11.º R. I. — Bahia, 1.º Ten. Leal de Menezes.  
12.º R. I. — Recife, Ten. Luis Corrêa Barbosa.  
13.º R. I. — Corumbá. Ten.-Cor. J. Heleodoro de Miranda.  
2.º R. C. — Castro, Ten. A. Magno de Moraes.  
3.º R. C. — Bélla Vista, Ten. Adalberto Diniz.  
4.º R. C. — Ijuhy, Ten. Cyro de Andrade.  
5.º R. C. — S. Luiz G., 1.º Ten. Dr. Leite Velloso.  
6º R. C. — Samborja, Tte. Manoel Grott.  
7º R. C. — Quaraihy, 1º Ten. Outubrino A. da Graça.  
8º R. C. — Uruguayan, Major Pará da Silveira.  
10º R. C. — D. Pedrito, Cap. Alexandre Fontoura.  
11º R. Cav. — Bagé, 2.º Ten. Sylvio Cantão.

12.º R. Cav. — Jaguarão, 1º Ten. Carlos Pereira da Silva.  
14.º R. Cav. — Rio Verde, Ten. Lincoln Marinho.  
15.º R. Cav. — Sant'Anna, 1º Ten. José Pinto Barreto.  
4º C. T. — Pindamonhangaba, 1º Tte. O. M. Tinoco.  
5º C. T. — Rio Pardo, 1º Ten. Oscar Raphael Jost.  
10º R. A — Pouso Alegre, Cap. Martins Finha.  
4º G. Ob. — Jundiahy, Tte. Alcio Souto.  
5º G. Ob. — Margem Taquary, 1º Ten. Argemyro Dornelles.  
16º Grupo. — Ten. Dr. Alexandre Meyer.  
18º Grupo. — Bagé, 1.º Ten. Salvador Obino.  
19º G. A. — Valença. 1.º Ten. Felisberto Leal.  
Guarn. de Alegrete — Cap. Christovão C. M. Mattos  
S. Gabriel. — 1.º Ten. Glycerio Gerpe.  
Florianópolis — Cap. Eugenio Taulois.  
Itajahy — Cap. João da C. Mesquita.  
Col. Barbacena — 1º Ten. José Martins de Arruda.  
Coll. P. Alegre. — Cap. Antonio de C. Lima.  
Com. da Carta. — Ten. Irineu Trajano.  
Escola Naval — Cap. Ten. Mario da Gama e Silva  
II. Reg. — 1.º Ten. Julio S. Couceiro.  
Santos — 1º Ten. J. Bentes Monteiro.  
Coritiba — 1.º Ten. França Gomes.  
Sacyan — 1.º Ten. Djalma Cunha.  
Fabr. Piquete — 1º Ten. Espindola do Nascimento.  
Fabr. Estrela. — 1.º Ten. Heitor P. de C. Albuquerque.  
Arsenal de P. Alegre — 1.º Ten. Graciliano P. da Fontoura.  
Brigada Militar — P. Alegre, 1º T. Travassos Alves  
Força Pública de S. Paulo — Cap. Salvador Moya  
Força Pub. de Matto Grosso — Cap. Firmino J. Rodrigues

**O**PAGAMENTO das assignaturas é adiantado e deve ser effectuado o mais tardar no seu segundo mez. Os recibos são expedidos depois do pagamento effectuado. Pagamentos a qualquer representante ou a qualquer dos mantenedores ou á Papelaria Macedo, Rua da Quitanda, 74. Semestre, 5\$000; Anno, 10\$000.